

DEISE OLIVEIRA DA SILVA

POLÍTICA SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
Uma análise do POASF de Florianópolis

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 26/02/03


Prof.^a Krystina Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, fevereiro de 2003

DEISE OLIVEIRA DA SILVA

POLÍTICA SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
Uma análise do POASF de Florianópolis

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento
de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina para
Obtenção Do Título de Bacharel em Serviço Social.
Professora Doutora Orientadora: Maria Del Carmen Cortizo

Florianópolis, fevereiro de 2003

BANCA EXAMINADORA

Presidente da banca:



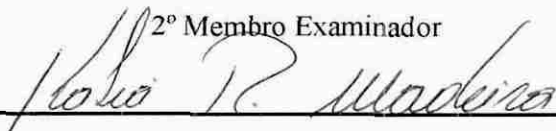
Professora Doutora Maria Del Carmen Cortizo

1º Membro Examinador



Assistente Social Waldirene Vieira Gomes

2º Membro Examinador



Professora Kátia Madeira

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo carinho, confiança, incentivo, apoio financeiro e o respeito pelo caminho escolhido. *Sem o apoio de vocês não teria conseguido, muito obrigada!*

A toda a equipe do POASF, pela troca de experiência, que fez, cada um, a sua maneira, ter contribuído e acrescentado algo na minha experiência de estágio, em especial as assistentes sociais que contribuíram para a entrevista.

A supervisora de estágio Waldirene, pela paciência e dedicação dispensadas durante a supervisão e pelos ensinamentos e força repassados durante o período de estágio, muito obrigada!

Aos professores do departamento de Serviço Social que estiveram com a gente nesses quatro anos.

À orientadora Maria Del Carmen, pelas sugestões, disposição e profissionalismo com que me orientou, muito obrigada pela contribuição neste trabalho!

Ao Felício e a Rita, pela dedicação dispensada na revisão deste trabalho de conclusão de curso.

A todos os amigos, colegas e familiares que, de alguma forma, contribuíram para minha formação tanto profissional, quanto pessoal.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho de conclusão de curso foi realizar uma análise das características da política social vigente no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do município de Florianópolis, implantado em 1998, localizado na Ilha da Criança (região central da cidade). E contribuir para o debate sobre a política social voltada a criança e ao adolescente nos programas implementados no município de Florianópolis.

Para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, visando conceituar a política social, realizar um breve resgate histórico sobre seu surgimento e descrever os modelos de política social que vigoraram no país ao longo do tempo e mais especificamente descrever a trajetória da política social brasileira no que se refere a criança e ao adolescente.

Posteriormente descreveu-se o POASF e por último foi realizada uma entrevista não estruturada, com quatro assistentes sociais que fazem parte deste Programa, para obtermos mais elementos de análise das características da política social do mencionado programa.

O resultado decorrente da análise realizada demonstra que o POASF foi implantado com um viés assistencialista e atualmente ainda mantém algumas destas características, devido à falta de estrutura, falta de recursos materiais e humanos. Porém devido a iniciativa, preocupação e esforços dos profissionais atuantes vem se modificando e procurando cada vez mais se aproximar de um programa que tenha como prioridade reconhecer e viabilizar os direitos efetivos das crianças e adolescentes e das suas famílias.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO6

CAPÍTULO I

1. POLÍTICA SOCIAL

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....11

1.2 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.....14

CAPÍTULO II

2. POLÍTICA SOCIAL VOLTADA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL.....24

2.2 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)30

CAPÍTULO III

3. O POASF

3.1 O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR DE FLORIANÓPOLIS.....37

3.2 DESCRIÇÃO E METODOLOGIA DO POASF.....41

3.3. PERSPECTIVA DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO POASF.....45

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....53

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....55

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho de conclusão de curso surgiu a partir das observações de experiências de estágios em duas instituições com objetivos diferentes, porém tendo como enfoque a mesma clientela, crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Ambas localizadas no Complexo Ilha Criança do município de Florianópolis.

A primeira experiência de estágio se deu no Conselho Tutelar e a segunda experiência, esta curricular obrigatória para a graduação no curso de Serviço Social da UFSC, foi realizada no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, que pertence à Secretária de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

A partir dessas experiências de estágio e de subsídios teórico-operativos, obtidos no curso de Serviço Social, podemos observar que a prática realizada nessas instituições, bem como em outras instituições voltadas a atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, muitas vezes se distanciam dos fundamentos teóricos e dos objetivos a que se destinam, devido a uma série de dificuldades e limitações que os profissionais enfrentam.

A prioridade dada à política social voltada a atender esta demanda se reflete diretamente sobre essas dificuldades.

Diante desta constatação, nos propomos, neste trabalho, pesquisar quais as características da política social realizada atualmente no Programa de Orientação e Apoio

Sócio-Familiar e qual o modelo de que se aproxima. Para isto se faz necessário primeiramente conceituarmos política social.

Como ressalta Behring (2000), a política social constitui-se em um tema complexo e muito discutido no âmbito das ciências sociais, da ciência política e da economia política. Diante de tal complexidade, existem conceitos variados e diversos autores que abordam essa temática.

De acordo com Costa (*apud* Júnior 2002, p. 27-28), as políticas sociais compreendem:

O conjunto das leis, instituições, políticas e programas criados pelo poder público e voltados para a distribuição de bens e serviços destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos. A política social, no interior dessa visão, é a estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios, valores que presidem a estrutura e o funcionamento do ramo social do Estado no âmbito da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos.

Para Pastorini (2001), a política social pode ser conceituada dentro de duas perspectivas: uma tradicional e outra marxista.

Dentro da perspectiva tradicional – que a autora caracteriza como redistributiva – as políticas sociais são concebidas como:

Um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais. Ou seja, são pensadas como aquelas atividades que têm como função principal a “correção” dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista. (PASTORINI, 2001, p. 81).

A autora traz também a perspectiva marxista:

Nesta perspectiva transcende-se a mera análise das políticas sociais como instrumentos ‘neutros’ de redistribuição da renda e de reequilíbrio social, colocando-as no seu justo termo: como espaço e consequência das lutas sociais (e de classes) e como uma unidade político-econômico-social. (PASTORINI, 2001, p. 81).

Pereira (1998, p. 60) refere-se às políticas sociais como “aquelas modernas funções do Estado capitalista – imbricadas na sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços categorizados como direitos de cidadania”.

Abranches (1998, p. 10) refere-se à política social como parte do processo estatal de alocação e distribuição de valores, e que está no centro do confronto entre interesses de grupos e classes, cujo objeto é a reapropriação de recursos, extraídos dos diversos segmentos sociais através da tributação.

Para o autor, a política social, desta forma, reflete:

a direção política das relações econômicas. A combinação específica, imposta pela correlação efetiva de forças, de incentivos à acumulação e ao crescimento, recursos para a provisão de meios de subsistência aos mais carentes e ações redistributivas visando a alcançar um certo patamar de equidade (ABRANCHES, 1998, p. 10).

O mesmo autor afirma que a política social intervém nas situações provocadas pelo desequilíbrio na distribuição em favor da acumulação, para atender as necessidades sociais básicas e promover a equidade. A ação social do Estado diz respeito tanto à promoção da justiça social, quanto ao combate à miséria.

O autor ressalta que a política social praticada na maioria dos países industrializados busca, principalmente, compensar o mal-estar, os custos sociais, os efeitos perversos, derivados de ações indispensáveis à acumulação capitalista, de outras políticas governamentais e do próprio progresso que, ao induzir mudanças, pode colocar certos grupos em situação de dependência.

O autor diferencia a política social da política de combate à pobreza: a primeira possui caráter universal de garantia de padrões mínimos de sobrevivência; já a segunda teria como objetivo “retirar da condição de miséria aquelas que sequer conseguiram alcançar esse piso básico, destituídos que são dos meios mais elementares de sobrevivência” (Abranches, 1998, p. 14).

Para Abranches, a política social como obrigação permanente do Estado tem duas faces distintas:

A primeira, voltada para aquelas vicissitudes que determinam a redução da capacidade das pessoas de obter renda suficiente, de forma quase sempre definitiva e insanável: a velhice e a invalidez, por exemplo. A outra contempla circunstâncias transitórias, coletivas ou individuais. Coletivas seriam aquelas decorrentes de problemas associados aos ciclos econômicos, como desemprego temporário. Individuais aquelas oriundas de incapacidade pessoal temporária, causada por doenças ou acidentes, entre outras (ABRANCHES, 1998, p. 15).

A política de combate à pobreza estruturalmente enraizada tem natureza distinta da política social:

Tem por objetivo eliminar a destituição, num espaço de tempo definido, incorporando os despossuídos aos circuitos regulares da vida social e compensando, no entretanto, as principais carências que põem em risco a sobrevivência e a sanidade dessas pessoas. As políticas contra a pobreza são específicas, tem duração limitada, combinam ações sociais compensatórias, aspectos das políticas sociais permanentes e elementos da política macroeconômica e setorial, sobretudo nos campos fiscais, industrial, agrícola e de emprego (ABRANCHES 1998, p. 15).

Foi a partir dessas definições da problemática da política social que realizamos o nosso trabalho.

Esta monografia está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, encontra-se um breve levantamento da origem histórica da política social e a descrição dos modelos de política social que vigoraram no Brasil ao longo da história.

No segundo capítulo, descreve-se a história da política social voltada especificamente para as crianças e os adolescente no Brasil, e as transformações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Na construção destes dois primeiros capítulos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica (em livros, artigos de revistas e trabalhos de conclusão de curso).

Finalmente, no terceiro e último capítulo, descreve-se o POASE, seu surgimento e a metodologia utilizada neste programa, e também se realiza a análise das entrevistas não estruturadas realizada com quatro assistentes sociais que fazem parte do programa.

Com este trabalho nos propomos a contribuir com a discussão sobre o caráter da intervenção do Serviço Social nas políticas sociais voltadas às crianças e adolescentes.

CAPÍTULO I

1. POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE SURGIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais são concebidas e colocadas em prática pelos poderes públicos e destinadas a toda população ou uma parte dela. Apesar de as medidas sociais organizadas por governantes existir há muito tempo, as políticas sociais, tomadas como um conjunto coerente e afirmativo de intervenção do Estado em direção à garantia de direitos sociais, surgiram recentemente. Elas emergiram no final do século XIX e se generalizaram apenas a partir da metade do século XX, principalmente com o reconhecimento das questões sociais decorrentes das relações sociais no modo de produção capitalista, e no momento em que os trabalhadores assumiram um papel político e até revolucionário.

Com a crise do sistema liberal – que imperou durante o século XIX, no qual, segundo Adam Smith, o mercado era concebido como mecanismo natural de regulação das relações sociais, defendendo-se o Estado mínimo – agravada em 1929, devido à grande depressão econômica e ao aumento do desemprego, que produziu transformações na ideologia e prática prevalecente do *laissez-faire* e das velhas leis contra a pobreza, o Estado passa a ter maior intervenção na economia e na sociedade.

No plano econômico, a intervenção estatal encontra sustentação na doutrina keynesiana, que desde os anos 30 fundamenta e propaga a necessidade de intervenção do

Estado na economia para assegurar o nível de atividade econômica mediante o investimento público, o trabalho intensivo, a propensão ao consumo e ao pleno emprego.

No plano social, a intervenção do Estado se fundamenta na idéia de segurança, a qual postula a instauração e a organização de sistemas de seguridade pública como direito do cidadão e obrigação do Estado, que teve como uma das principais iniciativas o Plano Beveridge, na Inglaterra, (elaborado sob a coordenação de Sir William Beveridge em plena Segunda Guerra Mundial, em 1943), que inclui no sistema de seguridade social todos os cidadãos e todas as necessidades sociais importantes na vida moderna.

O *Welfare State*, surgido depois da Segunda Guerra, configura-se na instituição política responsável pelos serviços sociais, considerados desde então como direitos sociais.

Segundo Pereira (1998, p. 61-62), as políticas sociais providas pelo sistema de seguridade social no *Welfare State* podem ser classificadas de duas formas: a) como políticas contributivas, contratuais e mercadorizáveis, voltadas para o atendimento de necessidades apresentadas por cidadãos inseridos no mercado de trabalho e/ou sistema previdenciário contributivo; b) e políticas distributivas, não contratuais, não contributivas e dismercadorizáveis, desenvolvidas sob a forma de prestação de serviços sociais públicos, total ou parcialmente custeados pelos Estados. Estende-se a todos os cidadãos.

Porém, nos anos 70, o modelo de Estado de Bem-Estar Social entra em crise e ressurgem os ideais liberais, sendo esta nova fase chamada de neoliberalismo, como afirma Pereira (1998, p. 63):

O padrão de organização institucional e política, que integrou o contrato ao status de cidadania e permitiu aos trabalhadores e aos pobres em geral obter ganhos relativos em sua luta endêmica contra o capital, teve significativa expressão só até os anos 70. A partir daí, devido aos choques do petróleo e ao desequilíbrio do sistema monetário internacional, o *Welfare State*, a seguridade social e a política de pós-guerra sofreram fortes abalos em suas concepções e propostas e foram confrontadas com o retorno do ideário liberal.

O modelo keynesiano enfrentou diversos ataques ao sistema de seguridade social. As teses neoliberais atribuem a crise às políticas sociais do Welfare State, as quais seriam as responsáveis pelo aumento do *deficit* público, pelo retorno da inflação, pela recessão econômica e pelo declínio dos investimentos (Gough, 1982 *apud* Pereira, 1998, p. 64), e ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a descentralização dos níveis de lucro das empresas e a inflação (Behring, 2000).

Para enfrentar a crise, o sistema neoliberal se baseou em algumas propostas, que, podem ser sintetizadas em:

1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; 6) e o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político anterior. (BEHRING, 2000, p. 28).

Estas propostas transformaram-se em programa de governo de alguns países, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Contudo, tais propostas não foram totalmente cumpridas (Anderson, 1995 *apud* Behring, 2000, p. 29), pois, apesar do controle da inflação e retomada das taxas de lucros, fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não ocorreu uma reanimação do capitalismo, com taxas de crescimento estáveis, como no período anterior. O *Welfare State* não diminuiu como previsto, contudo o aumento do desemprego levou ao aumento da demanda por proteção social e por maiores gastos públicos.

Atualmente, ainda há um sistema de seguridade social, com suas respectivas políticas, porém vem sendo modificado de acordo com as ideologias neoliberais, não para

enfrentar de forma mais eficiente novas demandas e problemas sociais, mas visando a desresponsabilizar o Estado das antigas demandas e necessidades. Este sistema traz embutida a imposição de uma nova divisão internacional do trabalho, determinada pelo atual processo de globalização e desregulação da economia, o que vem requerendo outra divisão de responsabilidade entre Estado, mercado e sociedade, no que tange à proteção social (Pereira, 1998).

No final dos anos 90, podemos observar algumas consequências da política do modelo neoliberal, que, de acordo com Behring (2000, p. 30), são: o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo. Prevaecem taxas medíocres de crescimento e maiores endividamentos públicos e privados, com predomínio do capital especulativo sobre o investimento produtivo. Em relação à política, observa-se uma crise da democracia, com visível esvaziamento das instituições democráticas por uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos poderes executivos, cuja maior expressão são as práticas decretórias. Em relação à cultura, vê-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único.

1. 2 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Há, em geral, um consenso entre os autores de que a política social começou a ser construída no Brasil na década de 30. Segundo Sônia Draibe (1998, apud Filgueiras 1995), entre os anos 30 e 70, ocorreu a construção e a consolidação de um tipo de Estado social seletivo, fragmentado e heterogêneo no Brasil. Este modelo baseia-se no tripé mérito-clientelismo-assistência, que difere dos modelos de política social residual (caracterizado unicamente por políticas seletivas) e institucional-redistributivo (caracterizado por políticas

universalistas e igualitárias). A base do sistema brasileiro de proteção social foi constituída pelo princípio do mérito, entendido como a posição ocupacional e renda adquirida na estrutura produtiva, paralelo ao qual se desenvolveu um esquema assistencial denso.

Segundo a mesma, autora as políticas sociais no país apresentam caráter compensatório (que visa a contrabalançar as desigualdades resultantes da economia de mercado), seletivo e não universalista.

Para Vieira (1997), a política social brasileira percorre momentos políticos distintos e marcantes do século XX. O primeiro período, o qual denomina de controle da política, corresponde à ditadura de Getúlio Vargas e ao populismo; o segundo, denominado período da política de controle, correspondendo à época da instalação da ditadura militar em 1964 até a conclusão dos trabalhos da constituinte de 1988.

Nesses dois períodos, a política social brasileira compõe-se e recompõe-se, *conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sempre sustentado pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se no poder e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade.*

O terceiro período, segundo o autor, corresponde à existência da política social no Brasil iniciada após 1988, o qual denomina de política sem direitos sociais, pois, apesar de ser o momento em que a política social encontra maior acolhimento na Constituição do Brasil, poucos desses direitos estão sendo praticados ou ao menos regulamentados, quando assim é exigido. E, além disso, segundo o autor, este foi o momento da história da República em que os direitos sociais sofrem maiores ataques da classe dirigente do Estado.

Oliveira (1996) afirma que a política social, no Brasil, nasceu e se desenvolveu como parte de uma estratégia de intervenção do Estado sobre as classes trabalhadoras no enfrentamento dos problemas sociais. Surgiu como consequência dos desequilíbrios na

distribuição, que favorecem a acumulação em detrimento das necessidades sociais básicas e da igualdade, e estão permeadas pelas contradições e tensões entre os imperativos da reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho.

Porém a mesma autora afirma que “a rigor, não se pode dizer que tenha existido política social no Brasil” (Oliveira, 1996, p. 26).

Faleiros (2000, p. 45) ressalta que alguns autores assinalam a formação de um pacto das elites, na década de 30, na construção do modelo brasileiro, que não foi nem social-democrata, universal e nem genuinamente bismarkiano, pois não contemplou o conjunto dos trabalhadores.

A revolução liderada por Getúlio Vargas direcionou a política no sentido de transformar as relações Estado/sociedade para integrar o mercado interno e desenvolver a industrialização, mantendo, ao mesmo tempo, a economia de exportação de produtos agrícolas sem romper a dependência do Brasil aos países centrais.

Getúlio Vargas buscava, com sua política trabalhista, ao mesmo tempo, controlar as greves dos trabalhadores e os movimentos operários e estabelecer um sistema de seguro social.

Segundo Faleiros (1982, *apud* Oliveira, 1996, p. 21), o sistema de seguros foi paulatinamente e sucessivamente implementado através de institutos de Previdência Social para categorias de trabalhadores, tais como marítimos, estivadores, bancários e industriais. O princípio dos seguros sociais é uma garantia adquirida pelo indivíduo em certos casos específicos: riscos de perda de salário ou capacidade de trabalho (doença, desemprego, velhice, acidente, invalidez). O direito advém do pagamento das contribuições.

Segundo Faleiros (2000, p. 46), o modelo getulista de proteção social se definia, em comparação com o que se passava no mundo, como fragmentado em categorias,

limitado e desigual na implementação dos benefícios, em troca de um controle social das classes trabalhadoras.

Nos anos 40, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a finalidade inicial de atender as famílias de pracinhas envolvidos na guerra e, posteriormente, passou a dedicar-se à proteção da maternidade e da infância carente, implantando postos de serviços de acordo com interesses, apoios e conveniências, buscando legitimar o Estado junto aos pobres. Nessa época, o assistencialismo predominava na distribuição de benefícios sociais, caracterizados como obras de caridade, na maioria religiosos e provenientes de ações de primeiras-damas. Este modelo predominou até o golpe de 1964, apesar de o país viver um processo de democratização desde 1946.

Em 1960, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, que definia a unificação dos benefícios dos vários institutos, pondo em ordem as mais de 300 leis referentes à previdência social. O contexto político da época era populista, no qual o governo fazia apelo a uma ideologia difusa de adesão das massas.

Em 1964, o golpe militar instaurou o período de ditadura no Brasil que durou até 1988. Neste período, o Brasil se desenvolveu economicamente com a expansão da produtividade, modernização da economia e entrada do capital estrangeiro. Porém não existia legitimidade política nas relações entre Estado e sociedade. Embora houvesse uma falsa democracia, o bloco militar-tecnocrático-empresarial no poder procurou obter o apoio social da população com certas medidas sociais (Faleiros, 2000, p. 47).

Em 1966, foram unificados os institutos de previdência num único organismo, dentro da política centralizadora do governo federal, e foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Foram feitos convênios entre o INPS e grandes empresas para que o trabalhador fosse atendido no local de trabalho, usando-se o esquema de saúde e segurança no trabalho que deveria contribuir para o aumento da produtividade.

Em 1974, foi criada uma lei que beneficiou os idosos pobres, de mais de 70 anos, com uma renda mensal vitalícia no valor de um salário mínimo desde que houvessem contribuído com a previdência por, no mínimo, um ano. Foi criado também o Ministério da Previdência e Assistência Social com a incorporação da Fundação para o Bem-Estar do Menor (Funabem), Central de Medicamentos (Creme), LBA, Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). Em 1977, o sistema foi unificado, com a criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência (Sinpas).

Nesse mesmo ano em que foi regulamentada a previdência privada, 40 milhões de brasileiros não tinham nenhum acesso a serviços médicos, consolidando-se a desigualdade: o setor privado para os ricos, os planos de saúde para um grupo seleto de assalariados e classes médias, os serviços públicos para pagantes da previdência e, para os pobres, a caridade, feita, em geral, por entidades municipais ou filantrópicas com apoio estatal. É um arranjo tecnocrático-político do sistema na busca de legitimidade e de modernização do modelo getulista (Faleiros, 2000, p. 48).

A política de financiamento habitacional, do Banco Nacional de Habitação (BNH), serviu ao governo para reativar a economia e criar financiamento para as classes médias terem acesso à casa própria.

A LBA passou a ter, para os pobres, programas de cursos de artes domésticas e de ajudas restritas, definidos em pacotes elaborados pelos tecnocratas.

Em relação à política voltada para os meninos de rua, que eram considerados marginais ou em situação irregular, foi definida a internação como principal solução para este problema, conforme o Código de Menores de 1979.

Sobre o modelo de proteção social dominante na época, Faleiros (2000, p. 48) ressalta que:

Esse modelo repressivo, centralizado, autoritário e desigual foi sendo implantado como um complexo *assistencial-industrial-tecnocrático-militar*. Controlado pela gestão tecnocrática não veio a se constituir em um projeto universal de cidadania. Era a continuidade de um modelo fragmentado e desigual de incorporação social da população, para favorecer grupos privados ou particulares, conquistar clientelas, impulsionar certos setores economicamente influentes, obter lealdades e, é claro, dinamizar a acumulação.

Era grande a dependência da população em relação à assistência, que termina servindo de mecanismo de reiteração da exclusão. Segundo Sposat (1989, *apud* Figueiras 1995, p.37), os beneficiários da assistência, portanto em provável dependência social, são famílias de renda até dois salários mínimos, idosos, crianças e mulheres, vivendo abaixo da linha de pobreza.

Segundo Figueiras (1995, p. 37), em meados dos anos 80, as mudanças políticas ocorridas no Brasil em transição política trouxeram a esperança de que o quadro precário das políticas de proteção poderia mudar. A Nova República, entretanto, apesar do discurso de ‘resgate da dívida social’, não conseguiu nem implementar o plano de emergência de combate à fome, à miséria e ao desemprego. As ações que promoveu no setor de política social foram marcadas por intermediações de interesses, expansão do clientelismo e crescimento dos programas assistenciais.

Desta forma, a política social da Nova República só difere das anteriores em nível de discurso, pois a prática compensatória que a vem caracterizando objetiva acomodar as tensões sociais e os conflitos, possibilitando ao Estado o controle social da massa falida (Oliveira, 1996, p. 42).

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, que segundo Weffort (1992, *apud* Figueiras 1995, p. 36), não teria provocado alteração substantiva do padrão brasileiro de política social: “na nova ordem político-institucional, as questões sociais foram ‘acrescentadas’ à margem. Elas estão ali porque foi impossível evitá-las, especialmente

devido às pressões. Aquelas que estão na periferia da ordem social permanecem também à margem da ordem institucional”.

Faleiros (2000, p. 49) relata que, em linhas gerais, a Constituição se colocou como liberal-democrática-universalista, expressando as contradições da sociedade brasileira e fazendo conviver as políticas de mercado nas áreas da saúde, da previdência e da assistência social.

A Constituição trouxe, no plano social, o avanço dos direitos das mulheres, das crianças, dos índios e a inclusão do conceito de seguridade social que compreende direitos universais à saúde, direitos à previdência e à assistência social. A saúde e a assistência social passam a ser direitos do cidadão e dever do Estado.

Sobre o conceito de seguridade social incluído na Constituição, Pereira (1998, p. 65) ressalta que tal fato teve grande importância, pois, a partir dele, a proteção social devida pelo Estado desvincula-se, parcialmente, do formato contratual/contributivo que caracteriza a previdência, para assumir escopo mais amplo, incluindo a saúde como uma política universal, e a assistência social aos segurados pobres e aos não-segurados. A mesma autora ressalta ainda que, apesar das mudanças na concepção de seguridade social trazidas pela Constituição de 1988 representar um certo avanço num país, como o Brasil, acostumado a tratar as políticas distributivas e a assistência social como instrumentos de barganha populista e clientelista, este conceito é restrito se comparado com o esquema *beveridgeano* de 1942.

As principais mudanças trazidas pela Constituição em relação ao campo das políticas sociais foram a descentralização das ações, com maior responsabilidade dos municípios na formulação e implementação de políticas sociais, possibilidade de uma maior participação da sociedade na formulação e implementação das ações, com a criação de conselhos locais e setoriais e a introdução de princípios universalistas, particularmente

nas políticas de seguridade. Porém, atualmente percebe-se que estas alterações, declaradas na Constituição Federal de 1988, não trouxeram maior democratização. Os mecanismos para efetivar o cumprimento dos direitos sociais não funcionam como previstos e os princípios estão ameaçados pelas propostas de reformas recentes.

Em 1993, foi aprovada a Loas, Lei Orgânica da Assistência Social, que regulamenta a Constituição e torna, efetivamente, a assistência social um dever do Estado e direito do cidadão.

Por outro lado, a LBA, o INPS e o Inamps foram extintos no contexto da descentralização e foi criado o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Na década de 90, os acontecimentos no cenário mundial, que consolidaram a hegemonia norte americana, provocam crises em países de várias partes do mundo, inclusive no Brasil, conforme os seus interesses. A crise de 1998 provocou aumento significativo na taxa de desemprego e aumento da violência.

Segundo Faleiros (2000, p. 52), a crise de 1998 foi impulsionada pela política da época:

O plano real manteve estagnada a desigualdade de renda no Brasil, já que os salários passaram para a URV pela média, e os preços pelo pico. A população passou a ter acesso a preços estabilizados, favorecendo-se os mais pobres, mas as compras a prazo embutiam juros exorbitantes (7 a 10% ao mês). O Real foi mantido como moeda sobrevalorizada, facilitando, entre outros objetivos, a reeleição do presidente e as importações, mas desestruturando a indústria nacional e reduzindo as exportações. Esta política provocou o maior desemprego jamais visto no país (18%, em média na Grande São Paulo em 1998, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), favorecendo o aumento da violência.

Diante da crise o governo brasileiro se submeteu ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional, com perda da autonomia de decisão do próprio país sobre si mesmo. O modelo político é o de maior favorecimento do mercado e de redução do Estado, priorizando os que vivem da especulação em detrimento dos que vivem do

trabalho. O governo priorizou a abertura da economia aos capitais internacionais, inclusive eliminando os monopólios estatais, promoveu privatizações do patrimônio público e redução dos direitos sociais com a desregulamentação das leis trabalhistas.

O modelo adotado pelo governo federal prioriza o arrocho salarial, o ajuste fiscal, a redução do Estado, a privatização, a desregulamentação das leis trabalhistas da previdência e dos serviços privados de saúde inseridos no mercado, e serviços de saúde de atendimentos a domicílio, que desoneram os hospitais, mas que possuem recursos restritos.

Na área da assistência social, os serviços são focalizados nos mais pobres, em parceria com organismos não-governamentais, reduzindo-se o campo estatal de garantia universal de cidadania. O programa Comunidade Solidária, do governo, tem distribuído cestas básicas de alimentos em municípios, dentro de uma perspectiva focalizada em emergências e de acordo com conveniências políticas.

A política educacional, apesar do fundo criado, não tem conseguido garantir vagas para todos no ensino fundamental e melhorar a qualidade do ensino, uma vez que continuam altos os índices de evasão e repetência.

A política habitacional está submetida ao setor financeiro e segue seus princípios.

O governo atual vem substituindo o modelo de repartição simples da previdência e de acesso universal à saúde pelo *modelo de capitalização* e de cobrança de serviços.

Percebe-se que ao longo da história brasileira, a política social apresenta caráter fragmentário, desigual, compensatório e emergencial, sendo usada como um instrumento pela elite dominante para legitimar o governo e manter-se no poder. Para isso aceitam de forma seletiva as reivindicações da sociedade.

Vicente (1983, *apud* Oliveira, 1996, p. 4), afirma que:

A política social se manifesta como instrumento de equilíbrio do Estado, entre a ordem econômica e a ordem social, cuja contradição maior consiste no fato de que o Estado é gerido por uma classe dominante que manipula a favor de seus interesses, inviabilizando o ajustamento entre os interesses antagônicos da sociedade civil e o papel do Estado.

Oliveira (1996, p.23-24) ressalta ainda que:

As políticas sociais organizam (...) as formas e o acesso social dos trabalhadores aos bens e serviços da sociedade. E, embora se admitindo que o Estado, através das políticas sócias, busque essencialmente, dirigir sua intervenção para mitigar as lutas sociais, é preciso superar a ótica perversa da ação estatal que, vendo o Estado como instrumento, desloca suas ações das relações conjunturais entre capital, força de trabalho e grupo no poder. Sob esta ótica, as políticas sociais são vistas como reprodução tácita e direta do processo de dominação.

Desta forma, segundo a autora, é que se coloca a política do Estado capitalista como um conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem as contradições de classe e a intensidade das lutas políticas.

CAPÍTULO II

2. A POLÍTICA SOCIAL VOLTADA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

Segundo Pilotti & Rizzini (1995, p. 7), a história das políticas sociais, da legislação e da assistência voltadas para a infância e adolescência, no Brasil, é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes – pobres/servis e privilegiada/dirigentes. Os instrumentos-chave dessas fórmulas sempre foram o recolhimento/isolamento, de crianças e adolescentes órfãos, abandonados, negligenciados e marginalizados em instituições fechadas, e a educação/re-educação pelo e para o trabalho, com vistas à exploração da mão-de-obra desqualificada, porém gratuita.

Desta forma, o “problema da infância”, diagnosticado há pelo menos um século como um “problema gravíssimo”, e, invariavelmente, associado à pobreza, nunca foi enfrentado com uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde. Segundo Pilotti & Rizzini (1995) esta parece ser também a tendência para o futuro, apesar das transformações decorrentes das novas relações do mundo atual,

pois as desigualdades sociais favorecem a manutenção do sistema econômico capitalista, que gera, inevitavelmente, uma contraface socialmente injusta.

Os mesmo autores destacam ainda que, no caso específico das políticas dirigidas à infância, prevalece, no Brasil, até o presente, a necessidade do controle social. Manteve-se o abismo entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e jovens, sem discriminação de qualquer natureza.

Durante séculos se discute de quem seria a responsabilidade de prestar assistência a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal (órfãos, abandonados, negligenciados, maltratados e delinqüentes). No Brasil, a história mostra que essa responsabilidade de assistir essas crianças e adolescentes já esteve nas mãos de vários segmentos sociais, como a Igreja, os higienistas, o Estado, os Juízes de Menores, a polícia etc.

Inicialmente, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, a assistência voltada a crianças e adolescentes, principalmente aos abandonados, era prestada pela Igreja católica, que tinha um papel importante neste sentido, pois nesta época não existiam instituições públicas destinadas ao atendimento da infância carente. Essa responsabilidade foi designada pelo império português à Irmandade da Misericórdia, que instalou no Brasil a roda dos expostos no século XVIII, nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Essa era a única alternativa à época, para o atendimento da questão social ligada à infância.

A roda dos expostos destinava-se à proteção de crianças abandonadas nascidas na ilegitimidade. Tratava-se de um sistema parecido com uma janela que dava em um eixo perpendicular. Esta era dividida em quatro setores por compartimento triangulares um dos quais se abria sempre para o lado externo, que dava para a rua, onde eram depositadas as crianças (CARVALHO, 2000, p.185).

Este sistema que resistiu por quase um século e meio tinha como objetivo salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para futuramente encaminhá-los ao trabalho produtivo e forçado (Júnior, 2002, p.16).

Os asilos de órfãos, abandonados e desvalidos foi uma prática comum. Esta antiga prática propiciou a constituição de uma cultura institucional enraizada nas formas de “assistência ao menor” existentes no Brasil.

Os higienistas também foram atores importantes no que se refere à assistência infância e adolescência. Eram, em geral médicos, preocupados com a alta mortalidade infantil nas cidades brasileiras e tinham como proposta intervir no meio ambiente, nas condições higiênicas das instituições que abrigavam crianças, e das famílias.

As primeiras iniciativas do Estado começaram a surgir no século XIX, porém ainda de forma tímida. A internação permaneceu como principal dispositivo de assistência à infância.

Segundo Rizzini & Pilotti (1995, p. 24), “a nova racionalidade técnico-administrativa, que embasou a assistência a partir da república, longe de concorrer para a promoção da criança, parece apenas ter possibilitado novas modalidades de exclusão social, visíveis no decorrer do século XX”.

As grandes transformações ocorridas no início do século XX, em decorrência do processo de urbanização e industrialização, agravaram os problemas sociais da época, como a miséria, a violência, o abandono e a criminalidade infantil. Este fato fez com que o Estado procurasse obter maior controle sobre a população por meio de práticas repressivas, ou seja, intervenção policial, que marcou quase todo o século.

Na década de 30, o Estado passa a ter maior intervenção tanto na economia e na política, quanto na área social. Dessa forma, a infância e adolescência pobre tornam-se também, uma preocupação pública. A criação do Código de Menores, em 1927, e do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, impulsionaram o reconhecimento, tanto

por parte dos atores do Estado quanto pela sociedade civil, do problema do menor como uma questão social (Carvalho, 2000, p.186).

O Código de Menores de 1927, de autoria do Juiz de Menores do Distrito Federal Mello Matos, foi o primeiro surgido no Brasil. Este se constitui no primeiro sistema público de atenção às crianças e adolescentes no país. De acordo com Souza *apud* Júnior (2002, p. 19), o Código de Menores de 1927 tinha como objetivo regulamentar a situação da infância, intervindo com urgência para educar ou corrigir os menores, tornando-os úteis para assegurar a produção e organização moral da sociedade. Dessa forma, o Código de Menores de 1927 apresentava duas preocupações: “defender a criança e defender a sociedade da criança que passa a se constituir um problema de ordem pública” (Junior, 2002, p. 19).

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que era subordinado ao Ministério da Justiça e vinculado ao Juizado de Menores, tinha por objetivo proporcionar a assistência aos menores carentes e infratores. Esta instituição visava a corrigir e assistir menores considerados carentes e delinquentes. Porém, as escolas de reeducação aplicavam como instrumento corretivo a coerção, a disciplina e os maus tratos. Dessa forma, o SAM funcionava como uma estrutura penitenciária para a população menor de idade, sendo antes de tudo correccional-repressiva.

O SAM foi extinto em 1964 e, após o golpe de Estado, criou-se, dentro de um contexto de regime militar, uma Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBM), que visava a uma gestão centralizada e vertical, cujo órgão nacional era a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

A Funabem tinha como objetivos formular e implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor; orientar a coordenação e supervisão das instituições que executam esta política; assegurar a prioridade aos programas visando à integração do menor à

comunidade; promover a criação de instituições para menores com características próximas àquelas que constituem um ambiente familiar e adaptar a este objetivo as instituições, de forma a que uma colocação de menor somente seja realizada por falta de instituições ou por decisão judiciária; respeitar as necessidades de cada região do país, suas especificidade, encorajando as iniciativas locais, públicas ou privadas.

A decisão e orientação da política do “problema do menor” é centralizada e a execução da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) é descentralizada por meio das Fundações Estaduais do Menor (Febem), que eram os órgãos executores desta política. Porém, mesmo sendo fundações flexíveis na execução da política, sofreram limitações no desenvolvimento de projetos de acordo com as especificidades regionais e locais, por parte do modelo de gestão tecnocrático e centralizador do regime político e autoritário da época (Carvalho, 2000, p.186).

Em 1979, foi criado um novo Código de Menores, que “procurou substituir o conceito discriminatório de menor abandonado e delinqüente por uma compreensão descritiva do sócio-econômico-familiar dos menores” (Júnior, 2002, p. 23). O menor passou a ser tratado como vítima de um contexto social injusto.

Foi criada a Doutrina da Situação Irregular, que definia como “irregular” os menores abandonados, delinqüentes e carentes. Estes deveriam então ser protegidos e vigiados. Por outro lado, menores que se encontravam em “situação regular”, ou seja, que possuíam boa condição econômica e boa “estrutura” familiar estavam livres da intervenção do Estado. Desta forma, de acordo com Júnior (2002, p. 24), “a Doutrina da Situação Irregular se constitui em mais um instrumento excludente, utilizado para a reprodução de práticas discriminatórias, de controle de massas, direcionada à população de baixa renda, concentrada nos bolsões de pobreza da época”.

Nos anos anteriores à Constituição de 1988, que ficou conhecido como período de transição democrática, ocorreram algumas mudanças na política social voltada à questão da infância e adolescência.

Na década de 80, a noção de irregularidade, consagrada pelo código de menores de 1979, começou a ser questionada à medida que as informações sobre a problemática da infância e da adolescência passaram a se produzir e a circular com maior intensidade (Rizzini; Pilloti, 1995, p. 17). Nessa época, o crescente número dos denominados “meninos de rua” se constituía em um dos problemas mais graves a serem enfrentados pelo país.

Estatísticas sociais da época mostram uma realidade alarmante. Segundo Rizzini & Pilloti (1995, p. 18), “parcelas expressivas da população infanto-juvenil pertenciam às famílias pobres ou miseráveis, eram cerca de milhões de ‘abandonados’ ou ‘marginalizados’, contradizendo a falácia proporção minoritária dessa população”. Ainda segundo os autores, diante desse quadro e graças às possibilidades de organização e participação popular na luta pela garantia de direitos, novos atores políticos entram em cena. Assim surge um amplo movimento social em favor das crianças e adolescentes em situação de pobreza e marginalidade.

Em 1985, o Programa de Prioridades Sociais, anunciado pelo governo da época, fazia parte do conjunto de intenções da transição democrática. Nele encontrava-se o Programa “Prioridade à Criança”, voltado para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, a ser executado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Em 1987, foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte, por iniciativa da sociedade civil, com representantes de organizações governamentais e não-governamentais, que conseguiu, através de grupos de trabalho, enviar recomendações à Assembléia Constituinte sobre os direitos das Crianças e dos Adolescentes e exercer uma pressão significativa sobre os resultados da Constituição Federal de 1988.

No período de 87 a 89, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) definiu como prioridade as crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, marginalizados, em situação de risco pessoal e social extremos, ou seja, os explorados pelo mundo do trabalho, em profissionalização irregular (roubo, tráfico de drogas, mendicância, prostituição), forçados a fazer das ruas seu espaço de trabalho e de habitação, infratores do Código Penal e aqueles encarcerados nas instituições (Carvalho, 2000, p. 187). O discurso da Funabem visava a viabilizar a transição político institucional através de uma descentralização progressiva das ações, estabelecendo como prioridade aquelas voltadas para o resgate da cidadania das crianças e adolescentes e o reforço da célula familiar. Porém, essas propostas encontravam os mesmos entraves das propostas do período autoritário, como o Código de Menores de 1979, que instituiu a situação irregular, mas que finalmente foi substituído, em 1990, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nessa época, houve maior participação da sociedade civil, cresceram os movimentos sociais em favor das crianças e adolescentes em situação de pobreza e marginalidade. Esses movimentos conseguiram inscrever suas propostas na Constituição Federal de 1988 (como já foi visto), sob a forma do artigo 227, que manda assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de crianças e adolescentes, incumbindo desse dever a família, o Estado e a sociedade, aos quais cabe, igualmente, protegê-las contra qualquer forma de abuso.

2.2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

De todo esse movimento mencionado resultou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, supostamente, um novo paradigma jurídico, político e administrativo, destinado à resolução dos 'problemas' relacionados à infância e a

juventude no Brasil, em termos de uma sociedade democrática e participativa (Pilotti; Rizzini, 1995, p. 19).

A Lei nº 8.069/90 que criou o ECA em 1990, regulamenta os artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988. Esses artigos se articulam ao paradigma da proteção integral, que considera crianças e adolescentes sujeitos de direitos, seres em desenvolvimento e prioridade absoluta.

Segundo Souza (1998), o artigo 227 da constituição brasileira de 1988 é resultante da mobilização da sociedade mediante a organização em grupos como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Pastoral do Menor, Comissão Nacional da Criança e Constituinte etc.

O artigo 227 da Constituição Federal diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1997, p. 137).

O artigo 228 dispõe sobre a imputabilidade penal:

São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (Constituição Federal, 1997, p. 137).

O ECA, que é considerado uma das mais modernas legislações do mundo, trouxe importantes mudanças e avanços em relação ao conteúdo, método e gestão do atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A política de atendimento prevista no ECA (art. 87) modifica (como já foi visto) a concepção da situação irregular, que era destinada a apenas uma minoridade particular, para a concepção de proteção integral, destinada a todas as crianças e adolescentes. Esta política compreende as políticas sociais básicas consideradas direito do cidadão e dever do Estado, como a saúde, educação,

trabalho, habitação, lazer, entre outras; a política de assistência social, voltada para aqueles que dela necessitem, independentemente de contribuição à seguridade social; os serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração sexual, abuso, crueldade e opressão; e a proteção especial e defesa dos direitos.

Souza (1998, p. 45) afirma que:

O Estatuto concebe as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos juridicamente protegidos. Preconiza uma ação pedagógica junto a esse segmento, respaldada na opção pela liberdade. Redimensiona o atendimento priorizando a convivência familiar e comunitária. Proclama um tipo de sociabilidade não mais restrito a reducionismos econômicos embora, perpetue uma linearidade entre pobreza e medidas sócio-assistenciais. A constituição de conselhos de direitos e tutelares desloca funções tradicionalmente desempenhadas e propõe-se a retirar o protagonismo do judiciário do papel de ator principal, na definição de destinos.

A partir de então (com a instituição da doutrina da proteção integral), as crianças e adolescentes passam a ser considerados (como visto anteriormente) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado. Desta forma é mudado o método de intervenção, não devendo mais ser punitivo e corretivo como preconizado no Código de Menores, e sim com respeito à infância e adolescência, principalmente as fases de desenvolvimento biopsicossocial.

Os direitos das crianças e dos adolescentes previstos no ECA devem ser garantidos através da política de atendimento, do controle e vigilância e da defesa e responsabilização. As políticas sociais básicas, como saúde, o direito à proteção e à vida são efetivados (conforme preconizado no ECA) através de políticas sociais públicas que permitam o desenvolvimento sadio e harmonioso de crianças e adolescentes em condições dignas de existência.

O art. 19 do ECA, que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária, preconiza:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (ECA, 1997, p. 10).

Desta forma, o ECA compreende a importância da família como rede de socialização primária da criança e do adolescente, e que, portanto, devem ser dadas a ela condições de cuidar, educar e proteger seus filhos em todos os aspectos da vida social. Como podemos perceber, o Estatuto atribui à família obrigações e responsabilidades referentes à questão da infância, deixando de ser um mero objeto de intervenção do Estado. Mas como exigir isso das famílias quando elas se encontram em estado de pauperização e exclusão social, sofrendo influência de ordem econômica e social? (Júnior, 2002, p. 28).

Carvalho (2000, p. 190) afirma que tanto as políticas sociais básicas, quanto as políticas especiais devem ser discutidas e formuladas pelos Conselhos de Direitos que também zelam pelo orçamento e avaliação das mesmas, exercendo, assim, sua função de vigilância e controle. A sociedade também possui poder de vigilância e controle através do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente e de outras organizações.

Para defesa de direitos e responsabilização das violações desses direitos e as omissões, tanto da sociedade, quanto do Estado, existem vários órgãos públicos de defesa da criança e do adolescente, tais como o Ministério Público, os Centros de Defesa, a Defensoria Pública, a Secretária Pública, Segurança Pública e o Conselho Tutelar.

A mudança prevista no ECA, em relação à gestão da política da criança e do adolescente, implica em um reordenamento institucional da relação entre a União, os Estados e os Municípios.

De acordo com o art. 204 da Constituição Federal de 1988, que prevê esta mudança, as ações dos governantes devem ser formuladas de acordo com as diretrizes

estabelecidas: como a descentralização político-administrativa no planejamento e execução das políticas que, no caso específico da política de atendimento à criança e ao adolescente (preconizada nos artigos 86 e 88 do ECA), se dá através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e a participação da sociedade civil organizada, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis mediante constituição dos conselhos paritários formados por representantes do Estado e da sociedade civil.

Coelho (2000) afirma, que esta nova forma de gestão da política pública voltada para o segmento da infância e da adolescência resultam em um processo de municipalização. Desta forma supõe-se que o município é reconhecido como dotado da devida competência para elaborar e propor as ações de política social, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais.

O mesmo autor afirma ainda que o processo de descentralização/municipalização não se constrói apenas por decretos e leis, mas requer também, por parte da sociedade civil e do próprio Estado a predisposição para romper com os hábitos e práticas políticas que resultarem na centralização.

As transformações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foram saudadas pelos defensores da questão da infância e adolescência. Porém, na realidade o que se percebe é que estas transformações preconizadas pelo estatuto não estão sendo postas em prática na íntegra. Os organismos governamentais centralizados, que deveriam ser extintos, continuaram a existir dentro do novo contexto mesmo que de forma obscura (Rizzini & Pilotti, 1995, p.19).

De acordo com Souza (1998, p.45), “a operacionalização da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente tem apresentado dificuldades por parte de seus operadores e incompreensão da sociedade mais ampla.

Segundo Souza, os Conselhos Tutelares e dos Direitos constituíram-se de forma a consubstanciar a proposta da democracia, porém a experiência dos conselhos ainda é um cenário em construção. “Polêmicas, divergências e conflitos em torno da atribuição de responsabilidade têm permeado a atuação destes órgãos” (Souza 1998, p. 45).

Segundo Rizzini e Pilloti (1995, p. 19), os Conselhos de Direito em seu três níveis - nacional, estadual e municipal - não foram implementados imediatamente, e, quando implementados, encontraram muitas dificuldades de funcionamento, entre as quais aquelas resultantes da falta de experiência, de capacitação dos seus funcionários e da falta de fundos.

Souza (1998) salienta que a função dos conselhos dos direitos é a formulação e controle de políticas sociais básicas ou compensatórias voltadas à infância e adolescência e que este órgão tem enfrentado problemas de diversas ordens para cumprir suas funções.

Segundo Rizzini e Pilloti (1995, p. 19), os Conselhos Tutelares também tiveram que enfrentar múltiplos problemas e consideráveis obstáculos no seu processo de institucionalização, entre eles a deficiência de uma rede de atendimento, para ser realizados os devidos encaminhamentos, além da relutância do poder público municipal, bem como dos órgãos de atendimento, públicos ou privados, em aceitar os novos princípios, as novas formas de gestão e, sobretudo, sua fiscalização pelos Conselhos.

Souza (1998, p. 46), afirma que, em relação aos Conselhos Tutelares, trilhar o novo não tem sido menos árduo. “A tentação de se apelar para práticas antigas mais conhecidas desempenham um fascínio entre os conselheiros, diante da ambigüidade posta pelas diferentes concepções do que deva ser um conselho tutelar”. A mesma autora salienta que “se não bastassem as querelas de identidades, os Conselhos Tutelares, de modo geral, enfrentam toda sorte de limitações relacionadas à infra-estrutura e à retaguarda de suas ações”.

Outra dificuldade é a aceitação e o reconhecimento do próprio estatuto, tanto por parte da população quanto por parte do poder público.

CAPÍTULO III

3. O POASF

Os Programas de Apoio e Orientação Sócio-Familiar (POASF) surgiram no Brasil no início da década de 90. Neste período, a família passou a ser reconhecida e valorizada como fundamental no cuidado e proteção de seus membros. Essas mudanças em relação à família ganham destaque a partir da Constituição de 1988, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Segundo Mioto (2001), os Programas de Orientação e Apoio Sócio-Familiar estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e possuem o objetivo fundamental de garantir o direito à convivência familiar e comunitária. A autora ressalta que esses programas, apesar de surgirem no início da década de 90, somente no final da década eles proliferam, pressionados também pela agenda dos organismos internacionais.

3.1. O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR DE FLORIANÓPOLIS¹

O artigo 90 do ECA prevê que:

¹Neste capítulo nos propusemos a descrever o POASF de Florianópolis, local onde foi realizado o estágio. Porém, devido à ausência de documento no POASF que conste seu o surgimento, para descrevê-lo nos basearemos no Trabalho de Conclusão de Curso de Monik Mafra (2001).

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades assim como pelo planejamento de programas de proteção sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: **I – orientação e apoio sócio-familiar**; II – apoio sócio-educativo em meio aberto; III – colocação familiar; IV – abrigo; V – liberdade assistida; VI – semiliberdade; VII – internação.

Segundo Mafra (2001), “nesta perspectiva, o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar foi implementado em março de 1998, no município de Florianópolis, objetivando desenvolver ações para o fortalecimento organizacional das famílias que se encontram nas circunstâncias de exclusão social, de modo a preservar a permanência das crianças e adolescente no seio familiar e a reintegrar aqueles que foram temporariamente afastados deste convívio”.

Ainda segundo Mafra (2001), a idéia de implantação deste programa surgiu a partir de uma preocupação inicial de lojistas, do centro de Florianópolis, pelo fato de que meninas e meninos ficavam diariamente em frente a suas lojas, praticando a mendicância. Desta forma, a *Câmara dos Dirigentes e Lojistas* encaminhou um pedido à Prefeitura Municipal de Florianópolis para resolver este “problema social”. Nesta ocasião, a sociedade civil e a Ordem de Advogados do Brasil (OAB/SC) voltaram sua atenção para a questão da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao mesmo tempo se reconhece que as políticas de atendimento que centralizam sua atenção somente na criança e no adolescente mostram-se inadequadas, pois a família é um espaço de cuidado e proteção ao ser humano, sendo indispensável para garantir a sobrevivência, o desenvolvimento e a proteção integral das crianças, adolescente e jovens, independentemente da forma como se estrutura, e que é dentro dela que a criança inicia a formação de sua identidade e começa a olhar para o mundo, dentro dos valores concebidos no mundo familiar.

Em maio de 1997, a Prefeitura Municipal de Florianópolis realizou um debate, tendo como eixo principal a “retirada” destes meninos e meninas das ruas do centro da

cidade. Mafra destaca que já haviam sido realizadas outras tentativas neste sentido, porém sem nenhum sucesso, pois as crianças permaneciam nas ruas. Na ocasião, foi apresentado um Projeto de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do Conselho Tutelar de Florianópolis, um diagnóstico do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob o título “Florianópolis: o que estamos fazendo por nossas crianças e adolescentes”, e uma pesquisa feita junto a meninos e meninas de rua neste mesmo município e executada pelo Projeto Abordagem de Rua de Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Segundo Silveira (1997, *apud* Mafra 2001, p.31):

Após reuniões sistemáticas de estudos e discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, análise de experiência junto aos meninos e meninas de rua e relações com as famílias, chegou-se ao consenso de que era necessária a instalação de um Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar em Florianópolis. Este programa, de acordo com o grupo deveria estar articulado com uma rede de projetos, programas e serviços e com uma central que verificaria as entidades que prestavam auxílio às famílias, o número de vagas e os tipos de atendimentos realizados no município.

Em novembro de 1997, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar foi oficialmente lançado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e a coordenação do colegiado de entidades, tendo, como órgãos encaminhadores das famílias, o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Juventude.

O Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do Município de Florianópolis foi, então, implementado em março de 1998, devido à investigação civil do Ministério Público, pois se o programa não fosse implementado a Prefeitura sofreria multa (Mafra, 2001, p. 32).

Com o desmembramento da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social em 21 de março de 2001, o Programa passou a ser subordinado à Secretaria de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social, criada através do Decreto Lei nº 5831, aprovado pela

Câmara dos Vereadores do Município de Florianópolis. Esta secretaria passa a ser responsável pelas ações de assistência social do município, orientando seu plano através do Plano Municipal de Governo e Plano de Assistência social (Passos, 2002, p. 28). As ações da secretaria são, em geral, voltadas para as famílias das comunidades de baixa renda do município.

O programa vincula-se, ainda, à Gerência da Assistência Social, que tem como missão prestar serviços de assistência social à população, através de ações continuadas e integradas que promovam processos de inclusão social, visando à melhoria das condições de vida (Passos, 2002, p. 29). Por último está vinculado à Divisão de Atenção à Família (anexo 1).

Mafra (2001) aponta as principais dificuldades encontradas inicialmente, após a implantação do Programa, que comprometiam a qualidade do atendimento: falta de estrutura física adequada e quadro de profissionais e metodologia também inadequados.

A sala onde funcionava o projeto era pequena, também não havia automóvel próprio, linha telefônica; computador e nem móveis de escritório. As verbas eram escassas e a administração dos recursos estava sempre comprometida, devido à morosidade das licitações.

Outra dificuldade enfrentada era a falta de uma equipe multidisciplinar. Apesar de constar no planejamento (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogado, enfermeiro, motorista e auxiliar administrativo), o projeto iniciou com apenas um assistente social, um auxiliar administrativo e dois estagiários de serviço social.

Inicialmente, as ações dos projetos voltavam-se para situações emergenciais e não havia um plano interventivo previamente elaborado.

E, por último, recebiam as famílias encaminhadas principalmente por parte do Conselho Tutelar, devido a situações que não se enquadravam dentro das propostas do projeto, geralmente para solucionar problemas emergenciais.

Nos anos seguintes, o projeto passou por algumas reavaliações e reformas que representaram uma melhora significativa. Porém algumas destas dificuldades iniciais ainda se mantêm.

Atualmente, se observa que algumas famílias continuam sendo encaminhadas pelo Conselho Tutelar, por situações que não se enquadram na proposta do programa. Apesar do número de profissionais ter aumentado, ainda é insuficiente para atender a enorme demanda existente, e percebe-se que as ações ainda voltam-se a atender situações emergenciais, apesar de atualmente os profissionais buscarem traçar um plano interventivo. O programa também continua enfrentando dificuldades devido à escassez de verbas, dificuldade esta que em geral é comum a todos os programas desta área.

A seguir apresentaremos a descrição das características atuais do programa e a metodologia utilizada durante o período de maio a dezembro de 2002, com base nas observações feitas durante este período.

3.2. DESCRIÇÃO E METODOLOGIA DO POASF

O POASF do município de Florianópolis funciona no Complexo Ilha Criança, na rua Rui Barbosa, 677, fundos, no bairro da Agrônômica, onde também funcionam o Programa Sentinela² que possui os seguintes projetos: Projeto Acorde, o Projeto Mel: resgatando a doçura da infância, de Projeto SOS Criança³, o Projeto Casa de Passagem. Também estão localizados no Complexo Ilha Criança: o Programa Liberdade Assistida

² O programa tem como objetivo o atendimento social especializado de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual ou vivem na exploração sexual.

³ Este projeto atualmente chama-se Central de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

(LA), o Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), O projeto Brinquedoteca, O Projeto Florir-Floripa, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

As famílias atendidas pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, de Florianópolis, são encaminhadas ao programa pelo Conselho Tutelar dos setores Ilha e Continente e pelo Juizado da Infância e da Juventude que, geralmente, requisitam o acompanhamento da família devido à presença de crianças e adolescentes em situações de risco em que as famílias não estão tendo condições de proteger aos filhos.

A proposta do POASF é acompanhar e orientar as famílias, visando à sua autogestão e o suprimento das necessidades básicas, objetivando a reorganização da dinâmica familiar para que sejam assegurados os direitos fundamentais da criança e do adolescente, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90).

Após as famílias serem encaminhadas ao Programa pelos órgãos já mencionados, é feito um acolhimento (anexo 2) com o objetivo de conhecer a configuração familiar, a situação apresentada, a rede de atendimento em que a família está inserida, também são obtidos dados do endereço da família para mantermos contato e explicar para a família o que é o Programa, como funciona e como se dá o atendimento. Este acolhimento é feito pelas psicólogas, assistentes sociais e estagiárias do programa.

Feito o acolhimento, a família entra para a fila de espera até ser chamada para dar início ao atendimento, no qual é realizado um diagnóstico e estudo social para traçar um plano interventivo com as famílias. Os casos são revisados trimestralmente. Inicialmente, quando o número de assistentes sociais do programa era menor, as famílias aguardavam mais tempo, até dois anos ou mais, para serem chamadas. Atualmente ainda há fila de espera, pois a demanda é muito grande, porém, com um maior número de profissionais, aumentou o número de famílias atendidas, agilizando este processo. São atendidas

preferencialmente as famílias encaminhadas por medida judicial, (porém são poucas as famílias encaminhadas pelo Juizado da Infância e da Juventude; a maioria encaminhada pelo Conselho Tutelar).

As famílias que estão aguardando atendimento são chamadas, por ordem de encaminhamento, tão logo haja o desligamento de uma família que estava sendo atendida pelo Programa. O desligamento ocorre nos seguintes casos: a) quando não há aceitação do atendimento por parte de família, constatada pelo técnico; b) mudança de endereço, sem comunicação, tornando-o desconhecido; c) mudança de município, com comunicação ao Conselho Tutelar; d) superação das situações/problemas que a família enfrenta os quais expõem a criança a situação de risco; e) ausência de motivação da família para a superação dos problemas, após seis meses de acompanhamento, podendo ser revisto este prazo. As famílias desligadas, após serem comunicadas, são preparadas para o desligamento. Todos os casos encerrados são comunicados aos órgãos encaminhadores.

No ano de 2002, foram atendidas 127 famílias e 145 famílias permaneceram na fila de espera. Foram encerrados os atendimentos de 39 famílias e 83 novas famílias iniciaram o atendimento. Foram feitos 82 acolhimentos neste ano. Esses dados constam no quadro abaixo:

Estatísticas – ano 2002

ATIVIDADES DIÁRIAS	
Nº de famílias atendidas	127
Nº de atendimentos encerrados	39
Nº de famílias com atendimento iniciado	83
Nº de famílias acolhidas	82
Nº de famílias na lista de espera	145
Nº de visitas domiciliares	835
Nº de atendimento familiar – serviço social	431
Nº de atendimento individual – serviço social	634
Nº de atendimento psicológico	510
Nº de reuniões com a rede de atendimento*	473
Nº de reuniões com as famílias	05
Nº de visita escolar**	109
/ ENCAMINHAMENTOS	

Desintoxicação/novo/desistente/concluiu/continua	10
Documentos	95
Educação	68
Saúde	82
Trabalho	89
BENEFÍCIOS	
Medicamentos	58
Cesta básica	547
Vale transporte	5394

/** Escolas, Creches, Centros de Saúde, Conselhos Tutelares, Juizados, Promotoria, ONG's, Fazendas Terapêuticas entre outros.

** Para acompanhamento da frequência e desempenho das crianças e adolescentes.

Quando o Programa inicia o acompanhamento com uma nova família, entra-se em contato inicialmente com uma busca pelo Projeto SOS e Conselho Tutelar, sendo complementado por uma visita à residência familiar, para comunicar o início do acompanhamento, ampliar o conhecimento sobre a situação familiar e marcar um atendimento no programa. Em seguida, visitam-se as instituições em que as famílias são atendidas (escolas, creches, postos de saúde etc.), objetivando verificar como ela está incluída na rede de atendimento.

O atendimento no programa visa a verificar as necessidades e possibilidades da família para a elaboração de um plano de intervenção junto com a família e atender as necessidades emergenciais, através dos recursos disponibilizados, como por exemplo, cesta básica, que é a mais requisitada, vale-transporte, medicamentos, documentos e roupas.

É realizado em todas as quinta-feiras, um estudo de caso com a equipe multidisciplinar do Programa para buscar propostas de encaminhamentos para as famílias atendidas. A equipe multidisciplinar é composta atualmente de seis assistentes sociais, três estagiárias de serviço social, três psicólogas e um motorista.

No mês de outubro de 2002, a equipe multidisciplinar se reuniu para rever a metodologia do programa, visando a reformá-la de acordo com as necessidades e

objetivando maior eficiência e eficácia no atendimento. Dentre as novas propostas estão a reformulação da ficha de acolhimento, o contato com órgãos que atendem a família antes do início do acompanhamento e a realização do estudo social (instrumento indispensável para a prática do serviço social).

3.3. PERSPECTIVA DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO POASF

No mês de janeiro de 2003, foram realizadas quatro entrevistas (com quatro das seis assistentes sociais que atualmente fazem parte da equipe multiprofissional do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar). A partir dessas entrevistas, obtivemos alguns elementos que nos permitem analisar a política social desse programa sob dois pontos de vista: o primeiro seria em relação às características da política pública presente no POASF e o outro seria em relação às perspectivas dos profissionais envolvidos.

Durante as entrevistas, foi solicitado às assistentes sociais que comentassem sobre o modelo de política social realizado no programa, esclarecendo se a ação do programa apresentava um viés assistencialista ou de reconhecimento efetivo de direitos.

Em primeiro lugar, e com base nos comentários das profissionais entrevistadas, podemos concluir que, do ponto de vista da política pública, o programa, desde quando foi implantado no município de Florianópolis, em 1998, tem apresentado características assistencialistas, pois se percebe que este não se destina, totalmente, a promover e garantir os direitos sociais propiciando a formação de sujeitos autônomos, apesar de atualmente ter havido uma melhora neste sentido através dos esforços dos profissionais.

Os direitos sociais, de acordo com Souza (1998, p.42), “dizem respeito ao atendimento de necessidades existenciais de indivíduos carentes, mediante intervenção dos Estados”. Segundo a autora, estes “englobam desde direitos à assistência, à previdência, à

educação básica, à saúde, a um mínimo de bem-estar econômico, à segurança até o direito de participar por completo da herança social”.

De acordo com as assistentes sociais entrevistadas, o programa iniciou sua prática de forma precária, sem estrutura física e sem uma equipe multiprofissional adequada, como previa o projeto e, conseqüentemente, realizava ações meramente assistencialistas emergenciais.

Segundo uma das assistentes sociais entrevistadas:

Quando começou o programa tinha apenas uma assistente social e uma estagiária e eles simplesmente davam cestas básicas, por isso que hoje o programa tem essa característica de fornecer cesta básica. Faziam visitas esporadicamente, mas era só.

...Como eram poucas profissionais, elas não tinham nem condições de acompanhar as famílias. (ASSISTENTE SOCIAL 1, POASF, 2003).

A mesma entrevistada ressalta ainda sobre as condições em que o programa foi criado, e que, segundo esta entrevistada, a preocupação inicial não era garantir direitos e que as mudanças não ocorreram por iniciativa da prefeitura, mas pela pressão social: “... o programa já veio para cumprir a lei. Hoje a gente tem seis profissionais porque houve uma representação pública contra o programa, que forçou para que o programa desse uma otimizada nos atendimentos”.

No mesmo sentido, outra entrevistada afirma que na época em que o programa entrou em prática, devido ao número muito limitado de profissionais, o profissional acabava sobrecarregado, assumindo, às vezes, mais de uma função e não dando conta das demandas, e dessa forma, conseqüentemente, não sendo possível fazer um trabalho que priorizava efetivar direitos. Segundo esta:

Hoje trabalhamos nesta perspectiva. No início não, até mesmo pela falta de profissionais, a assistente social da época que era responsável pelo programa fazia tudo. Era ela que atendia, ela era a chefe de divisão... Imagina a carga de trabalho dessa pessoa, desse profissional.

Quando nós entramos, entraram duas assistentes sociais. Nós também viemos de outro programa, nós fazíamos meio período lá, meio período aqui, e não dávamos conta do número enorme de famílias que já estavam ali, que já tinham um certo vínculo com o programa, e um vinha pedir

cesta básica, outro vinha pedir medicamentos, outro fralda. (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003).

A mesma entrevistada se refere, novamente, em outro momento sobre a falta de profissionais e a falta de estrutura material da época, ressaltando que o programa funcionou desta forma precária por algum tempo:

Quando foi formado o POASF, o programa para atender as famílias, tinha uma assistente social e duas estagiárias, sem nada e ficou assim por algum tempo. Então, isso não atinge objetivos, e isso é assistencialismo, existe um programa para dizer que tem e a população dizer que é atendida, é um faz de conta. . (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003).

Além dessas afirmações, podemos perceber que a ação inicial do programa possuía características assistencialistas e que o programa não foi criado com a preocupação de viabilizar direitos já conquistados e de expandir esses direitos. Através de outros comentários podemos perceber que, atualmente, o programa, como política pública, ainda mantém algumas características assistencialistas.

Quase todas as entrevistadas ressaltaram que o atendimento ainda está muito ligado ao fornecimento de benefícios, apesar dos esforços dos profissionais para mudar esta situação. Foi ressaltada também a falta de estrutura para a realização de um trabalho eficaz e eficiente, que realmente obtenha resultados.

Uma das assistentes sociais entrevistadas fez a seguinte declaração: “Estruturalmente falando, falando da prefeitura, eu acredito que é assistencialista mesmo, fornecer cesta básica está bom, é aquilo mesmo..., por isso que temos muitas dificuldades” (ASSISTENTE SOCIAL 1, POASF, 2003). Esta entrevistada fornece a seguinte explicação para fundamentar sua opinião, segundo a qual o programa ainda mantém características assistencialistas:

...Assistencialista porque acaba fornecendo os benefícios, que é a cesta básica, medicamentos, fica muito atrelado a estas questões. Quando se vai fazer o atendimento, tem a questão dos direitos à moradia, à educação, por exemplo. Em função da estrutura que a gente tem hoje, a gente acaba não conseguindo realizar esses encaminhamentos. Por isso, ainda está atrelada a questão do assistencialismo.

...Por isso que temos muitas dificuldades. O profissional tem a boa vontade de estar trabalhando, se empenha, mas aí esbarra na estrutura do próprio programa. Quando o profissional vai tentar buscar o que é de direito da família, ele não consegue... Por exemplo, a questão do emprego... Eu acho que a prefeitura, apesar de ter contratado os profissionais e de ser dito por aí que é um dos programas mais bem estruturado dentro da prefeitura hoje, que é dito, eu acho que ainda está muito aquém...

A gente não consegue extrapolar essas questões; assim, a gente realmente fica no assistencialismo; então fica muito mais maçante para o profissional. (ASSISTENTE SOCIAL 1, POASF, 2003)

O depoimento de outra assistente social entrevistada reforça essa idéia:

Eu acho que o programa abrange muito o assistencialismo, porque a gente vai visitar a família, vê as necessidades básicas dela, por exemplo, tem muitas crianças sem creches e é difícil a gente conseguir creches, a falta de estrutura dificulta muito nosso trabalho. Daí, a gente supre as necessidades imediatas da família, que seria a cesta básica. A maioria das famílias não têm nem o que comer. Então, a gente fornece a cesta, tenta conseguir creches e a gente tem dificuldades de encontrar empregos... Então eu vejo mais uma ação assistencialista, eu acho. (ASSISTENTE SOCIAL 4, POASF, 2003)

Segundo a opinião de outra entrevistada, o trabalho realizado no programa visa também a garantir direitos: “É um trabalho de equipe voltado para isso, para garantir os direitos”, porém, fala também, sobre as dificuldades e limitações que impedem a realização desse trabalho:

A gente atende famílias que a casa; está caindo, auxilia a procurar seus direitos, mas sabe que ela não vai ter garantido essa habitação. Isso é o que emperra mais; a gente informa para a família ir buscar e brigar por isso. Por outro lado, sabemos que isso não vai ser garantido, que ela não vai ter garantias.

...Eu acho que a nossa própria limitação em conhecer e não poder garantir os direitos básicos que a gente sabe que a família tem, que nós informamos para a família que ela tem e que nós enquanto instituição, enquanto prefeitura, não podemos garantir. A habitação, a educação, as creches, que os pais têm direito a trabalhar e, para isso, têm direito à vaga na creche para as crianças e não consegue (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003).

Outra questão colocada pelos profissionais foi à falta de coordenação entre os projetos existentes no município de Florianópolis, destinados a crianças e adolescentes. As principais queixas neste sentido é que existem mais de um projeto atendendo a mesma situação e cada um de forma isolada e fragmentada; e que não há clareza por parte de outros projetos do que é o POASF, principalmente por parte do Conselho Tutelar, que é um dos órgãos encaminhador.

Sobre isto, uma das entrevistadas comenta que:

...Muitas vezes a família já vem encaminhada pelo Conselho Tutelar para receber a cesta básica. Geralmente, quando perguntamos durante o acolhimento sobre qual a expectativa da família em relação ao atendimento, a maioria responde que é receber a cesta básica. Então, isto mostra que eles já vêm com esta perspectiva.

...O Conselho Tutelar encaminha ao programa casos que não são do programa (...) isso eu também acho complicado, às vezes a família fica de um lado para outro: fala com uma assistente social, depois fala a outra assistente social, então onde está o direito desta família nesse momento (ASSISTENTE SOCIAL 1, POASF, 2003).

Segundo outra entrevistada, “o Conselho Tutelar também não tinha muito claro o que era o POASF. Então tinha umas situações que não eram com a gente, mas eles pensavam que como é apoio sócio-familiar irá resolver tudo”. (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003).

Através destes depoimentos podemos perceber que o POASF, sendo um programa de política pública, mantém um viés assistencialista. Porém, como já foi mencionado anteriormente, desde a implantação do programa até hoje houve mudanças significativas que melhoram a qualidade do atendimento. Estas mudanças, no entanto, ocorreram devido à pressão dos órgãos judiciais e por causa da preocupação e esforço dos profissionais envolvidos, comprometidos com a defesa e realização dos direitos sociais e da cidadania.

Em segundo lugar, ao tomarmos a perspectiva dos profissionais como ponto de partida para as análises, podemos perceber que a ação do programa está caminhando para um trabalho que priorize o reconhecimento dos direitos das famílias e, mais especificamente, os direitos das crianças e adolescentes.

Iamamoto (1998) faz uma reflexão em relação aos limites e possibilidades postos às perspectivas dos profissionais pela conjuntura na qual estão inseridos. Segundo a autora, “a conjuntura não condiciona unidirecionalmente a perspectiva, todavia impõe limites e

possibilidades para a ação dos sujeitos, para a preposição de alternativas criadoras e inventivas”.

Uma das assistentes sociais entrevistadas demonstra a preocupação dos profissionais em mudar a forma de atendimento:

Quando nós paramos para pensar... *Isto não é apoio sócio-familiar*. Percebemos que nós estamos fazendo qualquer outra coisa, menos orientar e apoiar uma família que está necessitando, que está em situação de risco. Foi a partir daí que nós decidimos começar a olhar o projeto, pensar o que é o POASF, como nós vamos proceder. (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003)

Esta assistente social comenta ainda que a equipe foi buscar o apoio no Departamento de Serviço Social da UFSC para auxiliar nesta mudança:

Nós tivemos uma ajuda bem interessante das professoras Regina Célia e Marli Palma na elaboração e reformulação do projeto. Elas participaram diretamente. Tudo começou com a nossa luta para não ser criado o Acorde⁴, mas que fosse um único programa. Com isso nós começamos a colocar para as professoras Regina e Marli nossas angústias, como está o projeto, como nós achávamos que deveria ser. Daí elas nos ajudaram a reformular o projeto. (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003).

Segundo a mesma entrevistada, algumas mudanças foram possíveis devido à persistência dos profissionais em realizá-la: “hoje o POASF tem uma credibilidade, tem uma força, tem uma direção, tem um objetivo, mais pelo grupo técnico mesmo, que brigou e briga pelas coisas”.

Nós temos muitas dificuldades, mas eu acredito que tem um olhar técnico que faz a diferença, tem uma preocupação, um compromisso da equipe que faz essa diferença... colocamos no papel como seria o atendimento, como a gente faria a distribuição dos benefícios, até com esse cuidado para não ser mais uma porta para distribuir benefícios, que não é esse nosso objetivo. (ASSISTENTE SOCIAL 2, POASF, 2003).

⁴ O projeto tem como ponto principal o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica visando a articular ações de profissionais de diversas áreas e instituições na promoção destas famílias, trata-se de um trabalho interdisciplinar composto de assistentes sociais e psicólogas. Seu objetivo geral é a promoção da auto-estima de crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual e a intervenção psico-social em casos de violência física, sexual e psicológica.

Outra entrevistada coloca que a realização do trabalho que visa realmente a cumprir os objetivos do projeto - orientar e apoiar as famílias atendidas para que estas consigam se autogerir - depende do profissional:

Parte muito mais da visão que a gente tem, como profissional. Se a gente for depender da estrutura, basta a gente entregar cestas básicas, realizar visitas domiciliares que está tudo bem. Então, sem essa questão de interferir na dinâmica familiar, de conversar com a família, fazer com que eles visualizem outra coisa para o futuro deles. (ASSISTENTE SOCIAL 1, POASF, 2003)

Esta entrevistada comenta ainda que a ação do programa, como viabilizador de direitos, também é uma iniciativa da equipe do programa:

Na prática, procuramos quebrar isto, mostrar para eles onde buscar seus direitos. Por exemplo, creche não tem. A gente sabe que possuem cinco mil crianças na fila de espera, mesmo assim a gente tem que fazer com que eles trilhem o caminho, ir para o Conselho Tutelar requisitar a vaga, para poder chegar no Conselho Municipal e para poder haver alguma mudança, porque senão vai continuar do jeito que está.

Por mais que a gente fique ainda no imediatismo, "tapando o sol com a peneira" como se diz, aos pouquinhos a gente tenta mostrar para eles o que é o direito deles e onde podem buscar.

Eu acho que o programa em geral, nesse grupo que hoje está aí, a grande maioria procura trabalhar desta forma de estar extrapolando estas questões, mesmo sabendo que não tem a questão da moradia, estar pressionando a secretaria, o setor de habitação da prefeitura, estar pressionando o Conselho Tutelar. (ASSISTENTE SOCIAL 1, POASF, 2003).

Outra entrevistada comenta ainda que, apesar das limitações, o profissional direciona sua ação para o reconhecimento do direito e para o resgate da cidadania: "a gente reforça nas nossas ações que é um direito violado que se tem, a gente procura sempre estar clareando isto" (ASSISTENTE SOCIAL 3, POASF, 2003).

Para concluir, podemos dizer que, nas entrevistas, aparecem os seguintes elementos:

a) O primeiro elemento é o caráter inicialmente assistencialista do programa enquanto mediador de política social encaminhado para o tratamento imediato e emergencial das situações, sem encontrar-se inserido em um projeto de transformação social de médio e

longo alcance que permita a melhoria real e duradoura das condições familiares de risco social das crianças e adolescentes.

b) O segundo elemento percebido nas entrevistas é que qualquer tipo de re-formulação do programa tem surgido de vontades individuais de alguns profissionais, e não devido a orientações ou formulações das políticas públicas da área social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, explicitamos que as políticas sociais são um conjunto de leis, instituições, políticas e programas voltados para a distribuição de bens e serviços destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos e a satisfazer as necessidades básicas, visando a diminuir as desigualdades sociais e desta forma, promover a justiça social e combater a miséria.

Também vimos que as políticas sociais ao longo do tempo, no Brasil, apresentam caráter fragmentário, desigual, compensatório e emergencial, sendo usadas como um instrumento pela elite dominante para legitimar o governo e manter-se no poder.

Apesar da *questão da infância*, de acordo com Pilotti e Rizzini (1995), ter sido diagnosticada há pelo menos um século como um problema gravíssimo e que atinge no Brasil milhares de crianças e adolescentes, ao longo deste século, as ações para combatê-lo não têm sido pautadas por uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde.

As políticas sociais destinadas às crianças e aos adolescentes têm apresentado características semelhantes às demais políticas sociais. As primeiras iniciativas do Estado visavam ao controle social e apresentavam um viés clientelista e, desde de sua origem até os dias de hoje, percebe-se a presença de propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescente, sem discriminações.

Considerando a experiência de estágio e os depoimentos das assistentes sociais entrevistadas, percebemos que o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar inicialmente realizava ações assistencialistas, emergenciais e fragmentadas, não representando uma proposta séria de garantia dos direitos sociais e promoção da cidadania.

Ainda hoje, como foi salientado nos depoimentos, apesar de ter havido uma melhora significativa, devido à pressão popular e do órgão judicial e principalmente devido ao empenho e luta das profissionais envolvidas, percebe-se que o programa continua realizando ações de caráter assistencialista, uma vez que os profissionais esbarram em múltiplos e consideráveis obstáculos e na precariedade de sua infra-estrutura.

Desta forma, concluímos que o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar não tem conseguido fugir, em termos gerais, das características que marcam a política social no Brasil. Todavia, desde seu surgimento tem se desenvolvido, e, por iniciativa dos profissionais, tem buscado se aprimorar e deixar de lado essas características tão arraigadas na história das políticas sociais. Para isto, tem buscado instrumentos capazes de promover as transformações necessárias para mudar esse quadro.

Enfim, esta pesquisa não pretende apenas apresentar uma análise pessimista da situação da política social, seja no âmbito nacional, seja em relação ao programa mencionado, mas, sim, apresentar algumas distorções criadas em torno da questão da infância e da adolescência e, principalmente, contribuir para a discussão e surgimento de novas propostas de políticas sociais que se aproximem mais das perspectivas levantadas pelas profissionais entrevistadas, ou seja, uma política social que realmente priorize efetivar os direitos, que promova a distribuição de renda, educação, saúde e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H., SANTOS, W. G., COIMBRA, M.A. **A Política Social e Combate a Pobreza**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 1998.
- ASSISTENTE SOCIAL 1. Depoimento (janeiro, 2003). Entrevistadora Deise O. Silva. Florianópolis: UFSC-SC, 2003. 1 fita cassete (35 mim) estéreo.
- ASSISTENTE SOCIAL 2. Depoimento (janeiro, 2003). Entrevistadora Deise O. Silva. Florianópolis: UFSC-SC, 2003. 1 fita cassete (30 mim) estéreo.
- ASSISTENTE SOCIAL 3. Depoimento (janeiro, 2003). Entrevistadora Deise O. Silva. Florianópolis: UFSC-SC, 2003. 1 fita cassete (15 mim) estéreo.
- ASSISTENTE SOCIAL 4. Depoimento (janeiro, 2003). Entrevistadora Deise O. Silva. Florianópolis: UFSC-SC, 2003. 1 fita cassete estéreo (20 mim).
- BEHRING, E. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 21-37.
- BONETT, D. A., FALCÃO, M. C. B. C., YASBEK, M. C., SPOSATI, A. O., **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma Questão em Análise**. 4ºed. São Paulo: Cortez, 1989.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CARVALHO, D. B. B. Criança e Adolescente. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 185-199.

- COÊLHO, A. B. S. R. Política de proteção à infância e adolescência e descentralização. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 60, 1999, p. 92-105.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei nº 8.069,
- FALEIROS, V. P. **A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e Assistência**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1991.
- FALEIROS, V. P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 43-54.
- FIGUEIRAS, C. A. C. Trabalho, Sociedade e Políticas Sociais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 49. Nov, 1995.
- IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. In: **O Serviço Social da Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 83-114.
- JUNIOR, A. **Vozes da infância: Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em Florianópolis e seu Contexto Familiar**. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- MAFRA, M. **As Famílias na Era da Globalização: Breve Perfil dos grupos familiares atendidos no projeto de orientação e apoio sócio-familiar do município de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- MIOTO, R. C. T. Novas propostas velhos princípios: Subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. **Katálisis**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- OLIVEIRA, H. M. J. **Assistência Social: do Discurso do Estado a Prática do Serviço Social**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- PASSOS, S. P. **Formação de Empreendimentos Produtivos no Âmbito da Política Pública: relato de uma experiência**. Trabalho de Conclusão de curso

(graduação em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

- PASTORINI, A. Quem mexeu os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria 'concessão conquistada'. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 66, 2001.
- PEREIRA, P. A. P. A política social no contexto de seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 56, 1997, p. 61-73.
- RIZZINI, I, PILOTTI, F. **A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.
- RICHARDS, R. C. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: atlas, 1999.
- SOUZA, M. P. Crianças e Adolescentes: absoluta prioridade. In: **Katálisis**, Florianópolis, nº 2, 1998, p. 43-47.
- SPOSATI, A. Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente: o convívio entre a LOAS e o ECA. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 46, 1994.
- SPOSATI, A. O. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1991.
- VELOSO, J. P. R. **Políticas Sociais no Brasil: Descentralização, Eficiência e Equidade**. Rio de Janeiro: Inae/Ilde, 1995.
- VIEIRA, E. A. As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 67-79.
- WAURELL, A. C. Avançando em Direção ao Passado: Apolítica Social do Neoliberalismo. In: **Estado e Política Social no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANEXOS

PMF

SHTDS

HABITAÇÃO

**TRABALHO
RENDIA**

**GERENCIAL
SOCIAL**

**ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO**

**DIVISÃO
SÓCIO E EDUCATIVA**

**DIVISÃO DE
ATENÇÃO E APOIO
SÓCIO FAMILIAR**

**DIVISÃO DE
PROTEÇÃO ESPECIAL**

**sócio
emergêncial**

POASF



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR

ENTREVISTA INICIAL

Data da Entrevista: _____

Assistente Social de Referência: _____

Dados de Identificação:

Nome do Pai: _____

Idade: _____ Profissão: _____ Escolaridade: _____

Endereço: _____

_____ Telefone: _____

Nome da Mãe: _____

Idade: _____ Profissão: _____ Escolaridade: _____

Endereço: _____

_____ Telefone: _____

Dependentes:

Nome _____ Apelido _____

D/N: ____/____/____ Escola _____ Série _____

Nome _____ Apelido _____

D/N: ____/____/____ Escola _____ Série _____

Nome _____ Apelido _____

D/N: ____/____/____ Escola _____ Série _____

Nome _____ Apelido _____

D/N: ____/____/____ Escola _____ Série _____

Dinâmica Familiar:

Queixa Inicial:

Proposta de Atendimento/ Intervenção:

PROJETO DE
ORIENTAÇÃO E
APOIO
SÓCIO-FAMILIAR

Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Objetivo Geral:

Acompanhar e orientar a família visando a sua autogestão e o suprimento das necessidades básicas, tendo em vista a reorganização da dinâmica familiar para que seja assegurado os direitos da criança e do adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetivo Específico:

- Conhecer as necessidades e possibilidades da família
- Fornecer benefícios materiais
- Promover auto-estima e autoconfiança bem como os direitos de cidadania.
- Estabelecer vínculo de confiança entre o profissional e a família, servindo de apoio à mesma.
- Desenvolver um trabalho articulado à rede de atendimento as crianças, adolescentes e suas famílias.

Metodologia:

1- Acolhimento: entrevista inicial, com o objetivo de conhecer a configuração familiar, a situação apresentada, a rede de atendimento em que a família esta incluída e os dados do endereço.

2 Início do acompanhamento familiar:

2.1) Contatar com órgãos que atendem a família, com objetivo de verificar como a família esta inserida na rede de atendimento.

2.2 Visita familiar para comunicar o início de atendimento e ampliar o conhecimento sobre a situação familiar, e agendamento de reunião com a família.

2.2) Estudo do caso com a equipe multiprofissional para levantar propostas para o atendimento a família.

2.3) Reunião com a família, para verificar as necessidades e possibilidades da mesma, definindo o compromisso com o plano de intervenção, que deve ser estabelecido em conjunto (Programa e Família).

3. Projetos de Intervenção

3.1) Projeto Banco de Recursos

Objetivo:

Garantir o acesso das famílias a recursos materiais para o atendimento de direitos básicos, em caráter emergência.

Justificativa:

Considerando que em sua maioria as famílias atendidas pelo POASF enfrentam situação econômica crítica, faz-se necessário o repasse de benefícios, para que estas tenham seus direitos garantidos.

Metodologia:

Através do estudo social e acompanhamento das famílias o programa fornecerá benefícios materiais, os quais serão administrados de acordo com a realidade vivenciada pela família.

Os benefícios serão fornecidos através de sub-projetos, os quais são:

- Vale transporte: possibilita a locomoção de ônibus dos membros familiares para o atendimento de suas necessidades e encaminhamentos realizados pelo Programa;
- Material de Construção: auxilia a família na reforma e ou ampliação das residências;
- Cesta Básica: auxilia a família no fornecimento de alimentos para suprimimento de necessidades alimentícias.
- Medicamentos: fornece remédios em situações emergenciais, que não façam parte do suprimimento da rede pública;
- Fotografias: auxilia a família para possibilitar a realização da documentação.

Tendo em vista, que este Programa se propõe a desenvolver um processo de intervenção com objetivo de garantir a autonomia da família, serão desenvolvidos concomitantemente outros projetos, tais como Geração de Renda, Capacitação e Orientação Sócio – Terapêutica.

Desta forma os benefícios concedidos pelo banco de recursos, serão utilizados como facilitadores temporários na garantia da sobrevivência do grupo familiar.

3.2) Projeto de Geração de Renda**Objetivo Geral:**

Proporcionar meios de geração de renda as famílias.

Objetivos Específicos:

- Incentivar a criação de grupos de produção que desenvolvam trabalhos artesanais;
- Comercializar as peças produzidas, criando alternativas para a renda familiar;
- Incentivar o desenvolvimento de atividades rentáveis;
- Proporcionar encontros que favoreçam a discussão de temáticas comuns ao grupo, levando a reflexão e ao crescimento pessoal coletivo;
- Estimular as capacidades individuais, visando o fortalecimento da autoconfiança e auto-estima;
- Trabalhar as capacidades dos grupos, para que possam subsistir, independentemente do Projeto de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

Justificativa:

Considerando a realidade vivenciada pelas famílias integrantes do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, constatamos que a maioria dos adultos não está incluída no mercado de trabalho. Tal situação é agravada pela falta de escolaridade e profissionalização.

A falta de atividade remunerada contribui para desorganização da dinâmica familiar, por isso faz-se necessário a criação de projetos de geração de renda, que sejam alternativas para obtenção de recursos necessários à subsistência da família, que considere a realidade e o contexto vivenciadas por eles.

Constata-se também que a rápida evolução da tecnologia e a escassez de qualificação profissional levam as famílias a desmotivação e descrédito para cumprir as exigências deste mercado.

A participação em projetos que possibilitem o acesso da família a uma renda estável permitirá que esta se auto – organize em relação à manutenção econômica, como também no que se refere às relações familiares.

Metodologia:

O presente projeto será desenvolvido da seguinte forma:

A) Serão formados grupos a partir das realidades manuais das pessoas, os quais estarão localizados nas comunidades ou centralizados em local de fácil acesso.

B) Reunir as pessoas de acordo com o tipo de produção, a fim de definir as normas de funcionamento, esclarecer a cerca dos objetivos do projeto, determinar a periodicidade das reuniões bem como estabelecer a forma de comercialização e distribuição da renda gerada pelo grupo.

C) Periodicamente o grupo avaliará seu desempenho, sua dinâmica, bem como, abordará outros assuntos que se fizerem necessários.

D) Subsidiar os grupos para que possa manter-se de forma autônoma, fortalecendo internamente as relações grupais, tornando-os independentes de intervenções externas, através de:

- Visitas a outros grupos de produção;
- Contatos com membros de outros grupos ou pesquisadores do assunto, e esclarecimento da questão;
- Buscar consultoria na área de atuação;
- Conhecer a legislação vigente no país, referente a este assunto;
- Revisão literária, procurando identificar textos e artigos, trazendo-os artigos para discussão e estudos nos grupos.

Recursos Humanos:

Estagiárias de Serviço Social e assistente social.

Recursos Físicos:

- Espaço físico adequado;

- Materiais de consumo para os grupos.

3.3) Projeto Inserir:

Objetivo geral:

Possibilitar a inserção dos mantenedores das famílias no mercado formal de trabalho.

Objetivos Específicos:

- Promover a formação profissional;
- Estabelecer convênio com as empresas para abertura de vagas;
- Manter atualizado cadastro das famílias com perfil para o mercado de trabalho;
- Estar articulado à Divisão de Capacitação Profissional;
- Estabelecer processo de acompanhamento da relação entre trabalhador e empresa.

Justificativa:

A partir do conhecimento da realidade das famílias integrantes ao POASF, analisamos ser necessário o investimento em projetos que promovam a formação e a inserção dos mantenedores da família no mercado formal de trabalho.

Esta constatação deve-se ao fato de que segundo as empresas, as pessoas não preenchem o perfil exigido atualmente pelo mercado.

Logo, não há abertura de vagas para os trabalhadores que não correspondem a estas exigências. Sendo este programa, voltado para a promoção da família objetivando a sua auto-organização e manutenção, e que se propõe o desenvolvimento de um projeto com esse teor.

Metodologia:

Para o desenvolvimento deste projeto, faz-se necessário primeiramente, o conhecimento das características das famílias atendidas no POASF, em relação ao mercado de trabalho.

Isto será feito através de uma entrevista com todas as famílias participantes do programa, o que nos fornecerá o perfil das pessoas para o trabalho, as informações deverá manter-se atualizadas à medida que novas famílias ingressem no programa.

A partir dos dados apresentados por esta pesquisa, trabalharemos articulados a Divisão de Capacitação Profissional para conhecer o trabalho oferecido por esta; verificar a possibilidade de trabalho conjunto para a formação profissional das famílias; estabelecer convênio com as empresas para abertura de vagas no mercado; e ainda, o acompanhamento dos trabalhadores na empresa.

Criar-se-á um banco de dados, que deverá constar dados referentes ao perfil das famílias para o mercado de trabalho, suas necessidades e possibilidades e a realidade referente a oferta de empregos fornecidas pela empresa, bem como se estabelecerá um processo contínuo de acompanhamento de desempenho do trabalhador nas empresas, a partir da criação de um processo de mediação entre trabalhador e empresa.

Recursos Humanos:

- Assistente Social;
- Estagiária de Serviço Social.

Recursos Financeiros:

- Fundo Municipal dos D.C.A.
- Fundo Municipal de A.S.

3.4.1- FAMÍLIAS COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Objetivo Geral:

Fortalecer o vínculo da criança e do adolescente que está na rua, com a sua família, possibilitando o retorno ao convívio familiar e comunitário, bem como, atuar para que a família tenha condições de acolhê-los.

Objetivos Específicos:

- Estimular a discussão com os órgãos competentes sobre a criação de espaços que possibilitem o atendimento a criança e adolescentes em situação de rua envolvida com o uso de drogas, de forma alternativo respeitando suas peculiaridades;
- Mobilizar a família para que assuma o comando da organização familiar, fortalecendo o vínculo afetivo com os filhos;
- Trabalhar a importância do afeto e do apoio da família à criança e/ou adolescente;
- Estabelecer um bom vínculo entre o profissional e a criança e/ou adolescente, ou seja, o profissional deve tornar-se presente, servindo de fonte de apoio à criança ou adolescente e a família.

Justificativa:

Metodologia:

- Realizar visitas quinzenais, com o objetivo de conhecer a família, partilhar o seu dia-a-dia, mobilizar os recursos que possui e outros, bem como trabalhar com a família através de atendimentos individuais e familiares.
- Participar de atividades comunitárias onde a família esteja incluída.
- Organizar grupos de famílias onde se discuta as dificuldades de acolher a criança, a convivência familiar comunitária, os direitos da cidadania, trocas de experiência e que sirva de apoio e "lazer" (ser um momento bom, de descontração para a família). Esses encontros deverão ser mensais. As famílias serão agrupadas de acordo com a região onde moram. Os grupos serão formados por no máximo 10 famílias.
- Realizar momentos de lazer, encontros entre as crianças e adolescentes. Esses encontros deverão ser bimestrais.

Recursos Humanos:

- **Assistentes Sociais**
- **Psicólogas**

Recursos Financeiros

3.4.2- Famílias em Situação de Negligência

Objetivo Geral:

Possibilitar condições às famílias para que elas possam assumir os cuidados e a proteção dos filhos.

Objetivos Específicos:

- Estabelecer o vínculo de confiança;
- Trabalhar com a família as lembranças de sua infância (como eram cuidadas) e orientá-las quanto à proteção e cuidado de suas crianças e/ou adolescentes;
- Desenvolver auto ajuda e a partilha com outras famílias, ressaltando os aspectos positivos de seu cotidiano, atuando junto à família a partir de seus valores;
- Estimular a auto-estima e os laços que une os membros das famílias despertando o cuidado de si e dos outros;
- Identificar a pessoa que se mobiliza e responsabiliza na família;
- Buscar recursos na rede comunitária e vizinhança;
- Desenvolver processo de reconstrução da história familiar.

Justificativa:

O despreparo dos pais para exercer o cuidado e proteção dos filhos e filhas, faz muitas vezes que abdicuem do papel de responsáveis e protetores, deixando a própria "sorte" o crescimento destes. Isto ocasiona sérios prejuízos no desenvolvimento bio psico social e cultural das crianças e adolescentes.

Nessas situações a organização familiar é frágil, pois carece de pessoas responsáveis (referências), que exerçam o papel de autoridade na vida dos filhos, ensinando-lhes a viver em sociedade, para que possam cumprir seus deveres, bem como ter acesso aos seus direitos de cidadania.

Desta forma, sendo as famílias em situação de negligência uma demanda deste Programa, torna-se necessário criar um projeto de ação específica para esta clientela, afim de alcançarmos melhores resultados.

Metodologia:

- Atendimento individuais e familiares, visitas freqüentes e reuniões;
- Operacionalização de grupos de vivência nas comunidades onde serão trabalhados noções de cuidados e proteção com a família a partir de suas experiências;

- Manutenção de um trabalho de integração entre os Programas e entidades que trabalham com as crianças na rua, através de contatos por telefones e/ou reuniões;
- Elaboração de projetos de criação de espaços que atendam a criança em situação de rua e com envolvimento no uso de drogas.
- O trabalho deve ser desenvolvido, considerando e conhecendo a família ampliada e a sua rede de apoio, possibilitando o esclarecimento e a superação da problemática vivenciada.
- Elaboração de material, abordando o tema negligência, para realizar trabalho educativo com as famílias.

Recursos Humanos

Assistentes Sociais
Psicólogas

Recursos Financeiros

3.4.3 -FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO ECONÔMICA CRÍTICA

Objetivo Geral:

Desenvolver ações que promovam a auto organização e gestão da vida familiar, atendendo-os no suprimento das necessidades básicas e na busca pela garantia dos direitos de cidadania.

Objetivos específicos:

- Trabalhar a auto-estima e autoconfiança, bem como os direitos de cidadania;
- Possibilitar meios para que a família se auto mantenha e se auto organize;
- Desenvolver trabalho educativo com os pais para o cuidado e a proteção dos filhos.

Metodologia:

Formar grupos de vivência para desenvolver o processo em que a família será estimulada para a resolução de seus problemas, bem como se trabalhe aspectos referentes ao cuidado e proteção dos filhos e outros temas pertinentes.

Serão realizados atendimentos individuais e familiares e visitas domiciliares periodicamente.

Cronograma:

- Formação dos grupos e oficinas – 2001 (janeiro)
- Levantamento das empresas – Novembro – 2000

- Tempo em que a família permanecerá no projeto – 3 meses (ao término deste prazo será realizada uma avaliação). (com a família e a equipe do processo vivenciado).

OBS.: As famílias serão divididas de acordo com as comunidades onde residem.

Recursos Humanos:

Assistentes Sociais:

Psicólogas.

Recursos Materiais e Físicos:

- Divisão da Criança e Adolescente;
- Divisão de Capacitação Profissional;
- As reuniões acontecerão uma vez por mês, tendo início em janeiro;
- Trabalhar por comunidades.

3.4.4 – Passo a Passo com a Escola

Entrevista

Características: Não estruturada e não diretiva.

A entrevista foi realizada individualmente, com quatro assistentes sociais, no dia , no POASF. Para esta entrevista foi utilizado um gravador e uma fita de 90 mim.

Questão para comentar:

Se, na opinião da profissional entrevistada, a ação realizada no POASF é uma ação mais voltada para o assistencialismo ou para o reconhecimento do direito efetivo.

Observação da transcrição:

Os trechos com () significam partes da gravação que não foram compreendidas.

Entrevista 01

Eu acho ainda que a prática do programa, apesar do projeto não ser um projeto assistencialista, eu acho que a gente ainda faz uma prática que é assistencialista.

Por que assistencialista, porque acaba fornecendo os benefícios, que é a cesta básica, medicamentos, fica muito atrelado a estas questões. Quando se vai fazer o atendimento, tem a questão dos direitos à moradia, à educação, por exemplo. Em função da estrutura que a gente tem hoje, a gente acaba não conseguindo realizar esses encaminhamentos, por isso, ainda está atrelada a questão do assistencialismo.

Se bem que eu acho que eu procuro ao entregar a cesta básica à família, trabalhar com ela estas questões, procuro orientar a família que aquele benefício é um direito, procuro também não condicionar a entrega da cesta básica ao atendimento, ou de uma forma que a família ache que a gente está fazendo um favor, muitas vezes a família já vem para o programa com esta visão, muitas vezes a família já vem encaminhada pelo Conselho Tutelar para receber a cesta básica, geralmente quando perguntamos durante o acolhimento sobre qual a expectativa da família em relação ao atendimento, a maioria responde que é receber a cesta básica, então isto mostra que eles já vêm com esta perspectiva.

Na prática, procuramos quebrar isto, mostrar para eles onde buscar seus direitos. Por exemplo, creche, não tem. A gente sabe que possuem cinco mil crianças na fila de espera, mesmo assim a gente tem que fazer com que eles trilhem o caminho, ir para o

Conselho Tutelar requisitar a vaga, para poder chegar no Conselho Municipal e para poder haver alguma mudança, porque senão vai continuar do jeito que está.

Por mais que a gente fique ainda no imediatismo, “tapando o sol com a peneira” como se diz, aos pouquinhos a gente tenta mostrar para eles o que é o direito deles e onde podem buscar.

Eu acho que o programa em geral, nesse grupo que hoje está aí, a grande maioria procura trabalhar desta forma de estar extrapolando estas questões, mesmo sabendo que não tem a questão da moradia, estar pressionando a secretaria, o setor de habitação da prefeitura, estar pressionando o Conselho Tutelar. O pessoal pensa desta forma, porém o programa já veio para cumprir a lei, hoje a gente tem seis profissionais porque houve uma representação pública contra o programa, que forçou para que o programa desse uma otimizada nos atendimentos. Estruturalmente falando, falando da prefeitura eu acredito que é assistencialista mesmo, fornecer cesta básica está bom, é aquilo mesmo, realizar visitas domiciliares..., por isso que temos muitas dificuldades, o profissional tem a boa vontade de estar trabalhando, se empenha, mas aí esbarra na estrutura do próprio programa. Quando o profissional vai tentar buscar o que é de direito da família, ele não consegue, por exemplo, a questão do emprego, eu acho que a prefeitura apesar de ter contratado os profissionais e de ser dito por aí que é um dos programas mais bem estruturado dentro da prefeitura hoje, que é dito, eu acho que ainda está muito aquém, a gente (programa) não consegue extrapolar essas questões, assim a gente realmente fica no assistencialismo, então fica muito mais maçante para o profissional.

Tem aquele profissional que derrepente é um pouco mais capacitado, ele vai ter mais probabilidades de atuar com a família assim... Fazer a família lutar por seus direitos, quebrar esse círculo vicioso da família e outro profissional não, derrepente ou não tem essa visão mesmo ou a prática é assistencialista, então aquelas famílias ali vão ficar mais prejudicadas, vão ficar ainda muito no individual, apesar de que o grupo tenta se estruturar, eu vejo que a prefeitura ainda tem essa prática.

Intervenção – Quando foi implantado, o programa não tinha essa preocupação em reconhecer os direitos efetivos?

Sim, não tinha, quando começou o programa tinha apenas uma assistente social e uma estagiária e eles simplesmente davam cestas básicas, por isso que hoje o programa tem essa característica de fornecer cesta básica. Faziam visitas esporadicamente, mas era só () com esse benefício da cesta básica e aí essa característica já ficou (refletida) na comunidade. Então agora a gente tem que quebrar isso, e aí têm esses problemas ainda decorrentes da estrutura e do próprio município, a questão de () já começa no próprio Conselho Tutelar e acaba debatendo em todos os programas.

Por exemplo, o Conselho Tutelar encaminha ao programa casos que não são do programa, como ontem, que eu fiz um acolhimento que se tratava do caso de um adolescente que era garoto de programa, então não era caso nosso, então a gente perde tempo, a família falou tudo para no final a conselheira dizer que este caso não era para cá, era para outro programa, isso eu também acho complicado, às vezes a família fica de um lado para outro: fala com uma assistente social, depois fala com outra assistente social, então onde está o direito desta família nesse momento, o direito de não se expor. A família fica se expondo, então essas coisas também acontecem.

Atualmente depende muito mais do profissional do que da estrutura para a gente tentar quebrar alguma coisa, e aí está a dificuldade da gente não ter estrutura para poder avançar, então fica só nessas questões.

Intervenção – quer dizer que a preocupação em reconhecer o direito efetivo parte muito mais dos profissionais do que do programa?

É, eu acho que sim, parte muito mais da visão que a gente tem, como profissional. Se a gente for depender da estrutura, basta a gente entregar cestas básicas, realizar visitas domiciliares que está tudo bem. Então, sem essa questão de interferir na dinâmica familiar, de conversar com a família, fazer com que eles visualizem outra coisa para o futuro deles...

Você falou que se depender da estrutura basta só fornecer cestas básicas para as famílias que está tudo bem... por que?

Por que o POASF veio para atender as famílias em situação de carência, sócio-econômica precária, então uma das formas de suprir isto de maneira rápida é distribuir

cestas básicas, eu até acho que tem que ter a cesta, eu não sou contra, porque realmente tem famílias que precisam, porque passam fome, mas só que daí tem que ter a possibilidade de fazer um trabalho para que essas famílias se desvinculem desta cesta e passem a conseguirem se autogerir sozinhas. Hoje eu acho que a gente está conseguindo muito mais que no início do programa, porque eram poucas profissionais e elas não tinham nem condições de acompanhar as famílias, elas simplesmente davam a cesta.

Intervenção – você acha que se não tivesse essa ação civil, que você mencionou anteriormente, continuaria desta forma, com poucos profissionais?

Eu acredito que sim, independente de partido, independente de () eu acho que sim.

Entrevista 02

Eu penso que o nosso trabalho no POASF, desde de que entrei, eu considero que visa garantir direitos. Tanto que é um programa que tem uma equipe que vem se estruturando. É um trabalho de equipe voltado para isso, para garantir os direitos. Tanto que a gente busca () nesse contato que a gente tem com as estagiárias, com a universidade. () a nossa preocupação de estar conhecendo a dinâmica de cada família, conhecendo quais os direitos que estão sendo violados, o que pode ser feito na garantia destes direitos. Quando a família vem para a gente (programa) atender, é uma família que vem, geralmente, com todos os direitos da criança violados, e os direitos da própria família mesmo, e é o que leva a desarticulação desta família, e o que leva a essas várias demandas.

Então, eu não vejo o programa como ele é hoje, como assistencialista, mas como um programa que trabalha, até pela consciência de quem está formando esta equipe, que o trabalho está voltado para garantir direitos.

Intervenção – na sua opinião o trabalho que prioriza garantir direitos é uma iniciativa da equipe ou é uma preocupação que já era do programa?

Eu acho assim, que historicamente os programas de atendimento a criança, atendimento a família, são paliativos, existe, mas geralmente falta estrutura, são mais ou menos não são inteiros, ou seja, falta isso, falta aquilo, falta aquele outro. E hoje o POASF tem uma credibilidade, tem uma força, tem uma direção, tem um objetivo, mais pelo grupo técnico mesmo, que brigou e briga pelas coisas. Quando foi formado o POASF, o programa para atender as famílias, tinha uma assistente social e duas estagiárias, sem nada e ficou assim por algum tempo. Então, isso não atinge objetivos, e isso é assistencialismo, existe um programa para dizer que tem e a população dizer que é atendida, é um faz de conta.

Intervenção – você quer dizer então que no início o POASF era um programa assistencialista e depois mudou?

É, exatamente, eu acho que é, até é uma lógica do serviço público que é oferecido para a população, como outros programas também, são programas que querem atender muito, mas, que não tem qualidade, que não tem um projeto, não tem um objetivo, o que quer alcançar, como vai fazer, não tem uma metodologia. Então vem a verba, tem que fazer e faz de qualquer forma, o POASF foi feito desta forma também, e a partir da hora que começou a entrar pessoas novas, se formou uma equipe que começou a pensar em como fazer este programa a partir daí, do projeto, inclusive modificamos o projeto em função das necessidades que as famílias passam.

É claro, existem programas aí tentando fazer um programa de qualidade, um programa para atender, um programa para funcionar, para resolver a situação e não fazer de conta. É frustrante para quem trabalha, fazer de conta que atende e a família fazer de conta que está sendo atendida.

Intervenção – Você colocou que hoje em dia não é mais assim...

Eu vejo que não, nós temos muitas dificuldades, mas eu acredito que tem um olhar técnico que faz a diferença, tem uma preocupação, um compromisso da equipe que faz essa diferença. Tanto que a gente tem um () colocamos no papel como seria o atendimento, como a gente faria a distribuição dos benefícios, até com esse cuidado para não ser mais uma porta para distribuir benefícios, que não é esse nosso objetivo. () abri uma porta

para distribuir benefícios sem adiantar muita coisa, e daí sim é assistencialismo, no caso sem saber porque, para que, o que está colaborando com a família para o cidadão sair desta situação.

Nós queremos que a família que chegou necessitando do atendimento, seja atendida e encerrar o atendimento com a família dizendo: agora eu posso. Às vezes () você a faz perceber, entender que tem direitos, que ela pode ir sozinha no posto de saúde e exigir o atendimento, que ela pode ir sozinha na escola e chegar lá e saber que pode matricular o filho. E o direito dentro da convivência familiar mesmo, do marido, da mulher, do filho. Estar compreendendo que dentro do âmbito familiar existem direitos e deveres, mas é tudo através do conhecimento, se não ela não exerce um direito porque não conhece também.

Hoje trabalhamos nesta perspectiva. No início não, até mesmo pela falta de profissionais, a assistente social da época que era responsável pelo programa fazia tudo. Era ela que atendia, ela era a chefe de divisão... Imagina a carga de trabalho dessa pessoa, desse profissional.

Quando nós entramos, entraram duas assistentes sociais. Nós também viemos de outro programa, nós fazíamos meio período lá, meio período aqui, e não dávamos conta do número enorme de famílias que já estavam ali, que já tinham um certo vínculo com o programa, e um vinha pedir cesta básica, outro vinha pedir medicamentos, outro fralda.

O Conselho Tutelar também não tinha muito claro o que era o POASF, então tinha umas situações que não eram com a gente, mas eles pensavam que como é apoio sócio-familiar ira resolver tudo.

Quando nós paramos para pensar... *isto não é apoio sócio-familiar*. Percebemos que nós estamos fazendo qualquer outra coisa, menos orientar e apoiar uma família que está necessitando, que está em situação de risco. Foi a partir daí que nós decidimos começar a olhar o projeto, pensar o que é o POASF, como nós vamos proceder.

Intervenção –você encontram dificuldades para trabalhar nesta perspectiva de reconhecimento do direito, quais?

Sim, eu acho que a nossa própria limitação em conhecer e não poder garantir os direitos básicos que a gente sabe que a família tem, que nós informamos para a família que ela tem e que nós enquanto instituição, enquanto prefeitura, não podemos

garantir. A habitação, a educação, as creches, que os pais têm direito a trabalhar e, para isso têm direito à vaga na creche para as crianças e não consegue. Daí a gente fica nessa, tem direito, mas não tem vaga, na própria escola não está sendo fácil matrícula para todas as crianças, próximo a suas casas e a permanência dessas crianças na escola. Nenhuma escola tem direito de dispensar uma criança, mas isso acontece e a gente não consegue garantir isso, daí tem um poder maior.

A gente atende famílias que a casa está caindo, auxilia a procurar seus direitos, mas sabe que ela não vai ter garantido essa habitação. Isso é o que emperra mais; a gente informa para a família ir buscar e brigar por isso. Por outro lado, sabemos que isso não vai ser garantido, que ela não vai ter garantias.

Para fechar é (), talvez daqui a alguns anos a gente passe a dizer: “ainda não é isso”, vai crescendo, vai conhecendo, vai observando. Hoje a gente já tem o conhecimento de alguns anos de trabalho, podemos olhar para trás e ver que poderíamos ter feito de outra forma em determinada situação. A gente está sentindo que o trabalho da universidade é bem importante, nós tivemos uma ajuda bem interessante das professoras Regina Célia e Marli Palma na elaboração e reformulação do projeto. Elas participaram diretamente. Tudo começou com a nossa luta para não ser criado o Acorde, mas que fosse um único programa, porque nós entendíamos e entendemos ainda, que o Acorde e o POASF não tem diferenças, mas a prefeitura não entendeu assim. Nós discutimos, chamamos a universidade para discutir junto e no fim...

Com isso nós começamos a colocar para as professoras Regina e Marli nossas angústias, como está o projeto, como nós achávamos que deveria ser. Daí elas nos ajudaram a reformular o projeto. E a participação dos estagiários também é fundamental, a gente está sempre aprendendo, está sempre sintonizado com a universidade, então a gente valoriza bastante.

Intervenção – sobre o que você falou em relação à luta para que não seja criado o Acorde, isto não faria com que aumentasse a fila de espera, ou vocês queriam unir os profissionais dos dois programas?

Nós queríamos juntar os profissionais, são doze profissionais, nós atendemos violência sexual e eles também atendem, então se o profissional está atendendo uma

família ele não vai engavetar uma família, essa é uma situação de violência ou negligência grave, não tem como colocar a família (___), a família vai apresentar para o S.O.S., uma situação que nem sempre é a causadora, mais é só a consequência, então a família às vezes entra aqui como negligência, mas no atendimento descobre que existe violência sexual não tem porque a violência ir para lá e o restante para cá, o exemplo disto é que temos várias famílias que apresentam casos de violência sexual, no desenvolver do atendimento é que a gente vai estar descobrindo esta situação, daí nós não vamos estar mudando a família de programa, a gente atende, e acaba sendo atendida a mesma situação nos dois programas. Mas nós não fomos entendidos desta forma. A violência sexual vai para o Acorde e todo o resto vem para o POASF. Mas ao mesmo tempo foi bem, porque nós também crescemos com isso, nós fomos buscar também uma diferenciação do nosso trabalho.

Entrevista 03

Eu acredito que nossa ação não seja assistencialista, embora tenha algumas limitações que a gente tenha que realizar ações mais voltadas para o assistencialismo. Mas a nossa ação está mais voltada para efetivar direitos como cidadão. A gente reforça nas nossas ações que é direito violado que se tem, a gente procura sempre estar clareando isto.

Intervenção – você vê dificuldades de trabalhar desta forma, priorizando efetivar direito, quais?

Não, eu não vejo grandes dificuldades, as dificuldades nós encontramos nas pessoas que nós estamos atendendo, depende delas se disporem a tais mudanças ou não, às vezes um encaminhamento que elas realmente precisam elas não querem, nisso a gente vê um pouco de dificuldade, mais é raro.

Intervenção – em que você se fundamenta para dizer que a ação do programa está voltado para o reconhecimento do direito?

Eu vejo desta forma porque a gente está fazendo com que as famílias busquem o que a gente encaminha e, não a gente fazer pela família, eu acho que é por isso.

Entrevista 04

Eu acho que o programa abrange muito o assistencialismo, porque a gente vai visitar a família, vê as necessidades básicas dela, por exemplo, tem muitas crianças sem creches e é difícil a gente conseguir creches, a falta de estrutura dificulta muito nosso trabalho. Daí, a gente supre as necessidades imediatas da família, que seria a cesta básica. A maioria das famílias não tem nem o que comer. Então, a gente fornece a cesta, tenta conseguir creches e a gente tem dificuldades de encontrar empregos.... Então eu vejo mais uma ação assistencialista, eu acho. Talvez a intenção do programa, de quem formulou o projeto, talvez tivesse como objetivo prevenir certas carências, por exemplo, que a criança não venha a ser desnutrida. Quem fez esse projeto talvez pensou isso, só que a gente não encontra, não tem estrutura para atender isso. A gente atende uma família que não tem água, não tem luz, eles fazem as necessidades no terreno, o pai tem apenas 49 anos, mas ele está acabado, está desdentado, não tem profissão, então o que você vai arrumar para esse chefe de família que tem cinco filhos, a mulher é portadora de deficiência mental. O que se vai fazer, para onde vai se encaminhar este homem, para que tipo de trabalho. Veja, a gente não encontra trabalho. Então o que vai acontecendo, a gente vai ficando com essas famílias sem encontrar trabalho, nós estamos fazendo o que, assistencialismo.

E a gente não tem como desligar essas famílias, porque elas dependem dessa cesta básica. Agora a pouco eu liguei para uma família que tem cinco filhos e que disse que não tem mais nada para comer em casa, eu levei uma cesta para ela não faz nem um mês. Então o que se faz com essa mãe que tem cinco filhos, dois estudam e três estão fora da escola, ela não tem como deixar as crianças sozinhas para ir trabalhar, aí o que está acontecendo com esta família, ela sai nas ruas pra pedir. Então eu vejo mais como assistencialismo.

Claro, já houve famílias que eu encontrei trabalho para o casal e creches para as crianças, e aí a gente pode desligar e essa família pode se estruturar, mas de quinze famílias acontece o que, três que a gente consegue isso tudo. O resto acontece o que, a gente não tem coragem de desligar a família porque ela depende da cesta básica para sobreviver, a minha opinião é esta.

Intervenção – na sua opinião sempre foi assim?

Entrevista 04

Eu acho que o programa abrange muito o assistencialismo, porque a gente vai visitar a família, vê as necessidades básicas dela, por exemplo, tem muitas crianças sem creches e é difícil a gente conseguir creches, a falta de estrutura dificulta muito nosso trabalho. Daí, a gente supre as necessidades imediatas da família, que seria a cesta básica. A maioria das famílias não tem nem o que comer. Então, a gente fornece a cesta, tenta conseguir creches e a gente tem dificuldades de encontrar empregos.... Então eu vejo mais uma ação assistencialista, eu acho. Talvez a intenção do programa, de quem formulou o projeto, talvez tivesse como objetivo prevenir certas carências, por exemplo, que a criança não venha a ser desnutrida. Quem fez esse projeto talvez pensou isso, só que a gente não encontra, não tem estrutura para atender isso. A gente atende uma família que não tem água, não tem luz, eles fazem as necessidades no terreno, o pai tem apenas 49 anos, mas ele está acabado, está desdentado, não tem profissão, então o que você vai arrumar para esse chefe de família que tem cinco filhos, a mulher é portadora de deficiência mental. O que se vai fazer, para onde vai se encaminhar este homem, para que tipo de trabalho. Veja, a gente não encontra trabalho. Então o que vai acontecendo, a gente vai ficando com essas famílias sem encontrar trabalho, nós estamos fazendo o que, assistencialismo.

E a gente não tem como desligar essas famílias, porque elas dependem dessa cesta básica. Agora a pouco eu liguei para uma família que tem cinco filhos e que disse que não tem mais nada para comer em casa, eu levei uma cesta para ela não faz nem um mês. Então o que se faz com essa mãe que tem cinco filhos, dois estudam e três estão fora da escola, ela não tem como deixar as crianças sozinhas para ir trabalhar, aí o que está acontecendo com esta família, ela sai nas ruas pra pedir. Então eu vejo mais como assistencialismo.

Claro, já houve famílias que eu encontrei trabalho para o casal e creches para as crianças, e aí a gente pode desligar e essa família pode se estruturar, mas de quinze famílias acontece o que, três que a gente consegue isso tudo. O resto acontece o que, a gente não tem coragem de desligar a família porque ela depende da cesta básica para sobreviver, a minha opinião é esta.

Intervenção – na sua opinião sempre foi assim?

Eu não sei, porque antes eu trabalhava em Curitiba, agora aqui eu estou trabalhando apenas um ano. Não estou condenando a prefeitura, nem ninguém, mas estou vendo assim que infelizmente, a gente não tem como encaminhar...

É difícil acontecer o reconhecimento do direito efetivo, () não tem trabalho e é um lado que dificulta também, aqui não tem muitas empresas para oferecer trabalho.

Intervenção – o que você acha que deveria ser feito para que a ação do programa se volte realmente para o reconhecimento do direito?

Eu acho assim, que deveria ser feito um estudo bem cauteloso, bem aprofundado entre as autoridades, mesmo porque a gente que sobe os morros vê o perigo que está Florianópolis. Está muito perigoso, traficantes, crianças de onze, doze anos que já estão traficando. Então se fosse feito um estudo assim eu acredito que teria um meio, como: em primeiro lugar as autoridades abrangeriam mais o número de creches, para que essas crianças possam estar na creche e ter uma boa alimentação, uma boa noção de higiene, educação e essas pessoas no caso os pais que a gente atende, que as autoridades se preocupem em fazer, por exemplo, horta comunitária, porque tem tanta terra, comprar um terreno baldio e por essas pessoas para trabalhar, para plantar, além de eles terem a alimentação deles, eles poderiam até vender o que produzem. Eu acho que se for feito isso, através desse trabalho deles, dessas vendas, elas poderiam ser encaminhadas para o estudo, para a escolaridade, tem muitos que até são analfabetos, se as autoridades tiverem o cuidado de fazer este tipo de coisa daí sim, vai ser... Eles vão ter os direitos deles, fora isso, como eu já falei em Florianópolis não tem onde trabalhar e como trabalhar, é muito difícil.

Intervenção – você está focando mais a questão do trabalho...

Eu acho mais grave a falta de trabalho, porque essas famílias todas estão assim por falta de trabalho e, desta forma se metem em roubos, em vendas de drogas para eles poderem se manter. Com a venda de drogas eles se mantêm e também se viciam. Eu vejo assim, como ponto fundamental o emprego, o trabalho, porque além da pessoa trabalhar ela se mantém ocupada, porque a pessoa que fica sem fazer nada, com certeza se desvia mais facilmente para um caminho errado. Na minha opinião o que falta é trabalho, trabalho para

Eu não sei, porque antes eu trabalhava em Curitiba, agora aqui eu estou trabalhando apenas um ano. Não estou condenando a prefeitura, nem ninguém, mas estou vendo assim que infelizmente, a gente não tem como encaminhar...

É difícil acontecer o reconhecimento do direito efetivo, () não tem trabalho e é um lado que dificulta também, aqui não tem muitas empresas para oferecer trabalho.

Intervenção – o que você acha que deveria ser feito para que a ação do programa se volte realmente para o reconhecimento do direito?

Eu acho assim, que deveria ser feito um estudo bem cauteloso, bem aprofundado entre as autoridades, mesmo porque a gente que sobe os morros vê o perigo que está Florianópolis. Está muito perigoso, traficantes, crianças de onze, doze anos que já estão traficando. Então se fosse feito um estudo assim eu acredito que teria um meio, como: em primeiro lugar as autoridades abrangeriam mais o número de creches, para que essas crianças possam estar na creche e ter uma boa alimentação, uma boa noção de higiene, educação e essas pessoas no caso os pais que a gente atende, que as autoridades se preocupem em fazer, por exemplo, horta comunitária, porque tem tanta terra, comprar um terreno baldio e por essas pessoas para trabalhar, para plantar, além de eles terem a alimentação deles, eles poderiam até vender o que produzem. Eu acho que se for feito isso, através desse trabalho deles, dessas vendas, elas poderiam ser encaminhadas para o estudo, para a escolaridade, tem muitos que até são analfabetos, se as autoridades tiverem o cuidado de fazer este tipo de coisa daí sim, vai ser... Eles vão ter os direitos deles, fora isso, como eu já falei em Florianópolis não tem onde trabalhar e como trabalhar, é muito difícil.

Intervenção – você está focando mais a questão do trabalho...

Eu acho mais grave a falta de trabalho, porque essas famílias todas estão assim por falta de trabalho e, desta forma se metem em roubos, em vendas de drogas para eles poderem se manter. Com a venda de drogas eles se mantêm e também se viciam. Eu vejo assim, como ponto fundamental o emprego, o trabalho, porque além da pessoa trabalhar ela se mantém ocupada, porque a pessoa que fica sem fazer nada, com certeza se desvia mais facilmente para um caminho errado. Na minha opinião o que falta é trabalho, trabalho para

os pais e creches para as crianças. Acho que seria uma forma de prevenir futuras violências, uma forma de evitar que a droga continue se expandindo, veja bem, um pai de família desesperado que tem cinco, seis filhos pedindo comida e não tem o que fazer, o que aparecer na frente (), mas no desespero ele vai roubar, vai servir de “laranja” para traficante.

Intervenção – você está querendo dizer que, na sua opinião, para a ação do programa deixar de ser uma ação assistencialista terá que ter mais empregos?

É, eu acho que é o principal, porque todos nós dependemos de um trabalho, todos nós necessitamos de um trabalho, a partir do momento que você não se sente inútil e que chega no final do mês você tenha condições de pagar teu pão, tua roupa, teu calçado, sabe... Daí eu acho que resolve.

Intervenção – mas as pessoas que já estão trabalhando e são atendidas pelo programa, elas vivenciam outras situações que levam-nas a ser precisar do atendimento.

É, eu me baseei bastante nas famílias que eu tenho atendido, e são poucos os que já estão trabalhando e tem casos em que o pai de família está trabalhando, mas ganha um pouco mais que um salário mínimo.

Intervenção – aí entre outras questões.

Sim, outras questões. Daí já entra a baixa renda, a família não consegue dar o suficiente para os filhos e também essa falta de creche. Se esse pai de família de baixa renda tivesse condições de por os filhos em uma creche onde vai ter acesso à educação, à higiene, onde vai ter seus alimentos e depois de sair da creche e ir para a escola, ao menos esses filhos vão poder futuramente ter uma vida digna, estar encaminhando pra um trabalho, então eu vejo assim, porque tudo, tudo se baseia no trabalho.

A partir do momento que as pessoas tem seu trabalho e suas necessidades básicas supridas... Ele vai ter seus direitos.

O fato de a gente está fornecendo cesta básica, remédios, eu acho que isso é um assistencialismo, porque eles recebendo isso vão continuar sem emprego, vão continuar recebendo. Essa pessoa vai fazer o que, não é que eles se acomodem, eu até acho que isso acontece, como em alguns casos que eu atendo, não é nem comodismo por parte da família, mas é a falta de oportunidade de um trabalho, eu acho. Agora vamos imaginar que não existisse esse programa, o que essas pessoas iriam fazer, as pessoas iriam passar fome, as crianças poderiam morrer de fome, desnutridas, então eu acho importante que tenha esse programa, dar essa assistência à família.

Intervenção – você disse que o fato de fornecer a alimentação é importante mais ao mesmo tempo caracteriza uma ação assistencialista, na sua opinião, como isto poderia ser feito sem se tornar uma ação assistencialista?

Um novo estudo sobre isso, que a equipe se reúna e ache outro meio para que isto não se torne assistencialista, eu acho que tem que ser revisto isso, porque a gente fazer o que está fazendo, amanhã ou depois vem mais famílias de fora, a maioria das famílias que a gente atende não são natural daqui, são de fora principalmente do Oeste, senão vai aumentar o número de famílias vindo para Florianópolis, e aumentar o número de crianças, vão continuar recebendo isso e não encontram trabalho.

Eu acho que tem que ser revisado esse programa e achar uma forma de ().

Intervenção - mas ele já passou por algumas revisões...

Já, já revisamos, já conversamos em reunião, mas mesmo assim continuou... Nós esse ano inclusive falamos mais sobre isso, a gente quer levar mais a fundo essa nova idéia, essa nova solicitação, todas as profissionais vêm esse lado também, a gente comenta entre nós, e as psicólogas também, que não tem estrutura, porque talvez, na minha opinião o governo, a prefeitura também não tenha condições.

O que assusta a gente é ver o aumento de famílias necessitadas, a gente vai ter que fazer alguma coisa...

Eu espero que seja revisto isso, que a gente tenha um outro tipo de trabalho, que dê qualificação profissional para essas pessoas e como aqui em Florianópolis não tem muita empresa tem que ter um outro meio, tem que ter alguma coisa, porque se continuar assim... Nós temos que ter alguma coisa, mais condições.

As pessoas têm seus direitos, através do nosso trabalho elas até adquirem, só que são direitos momentâneos, de pouca duração, por exemplo, direito de registrar a criança, auxílio maternidade, então a gente até encaminha para esses direitos que estavam violados, mas...